

UHE de Belo Monte

Parecer sobre a Decisão de Concessão de Crédito, no âmbito dos Princípios do Equador

Formação Integrada para a Sustentabilidade
Outubro de 2010

Alexandre Rolo | Camilla Gazineu | César Matsumoto | Cíntia Dall'Agnol | Eitan Blanche | Erina
Yokoyama | Graziela Azevedo | Gustavo Rodrigues | João Sabino | Juliana Perlingiere | Laís
Trajano | Leeward Wang | Lucas Abreu | Marina Helou | Monique Eisenzimmer | Pedro Canelas |
Pedro Resende | Renata Blay

Com carinho, aos idealizadores do FIS.

Sumário executivo

Este relatório foi elaborado em julho de 2010 por estudantes de graduação da Fundação Getúlio Vargas e as conclusões aqui apresentadas não representam a posição desta instituição. São recomendações elaboradas a partir de um processo formativo no âmbito da disciplina eletiva Formação Integrada para a Sustentabilidade (FIS). Esta pioneira eletiva busca criar condições necessárias para despertar habilidades de trabalho em equipe e de formulação de estratégias para lidar com questões complexas, além de estimular consciência individual e coletiva, necessárias à emergência de lideranças éticas. Representando uma inovação como modelo de educação na FGV, o FIS estimula o aprendizado por meio da vivência de um problema real.

O desafio do grupo foi estudar o empreendimento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, ouvir opiniões de diversas partes envolvidas, analisar os impactos que serão gerados e apresentar às instituições Itaú Unibanco e Grupo Santander Brasil um parecer sobre uma eventual operação de crédito para o consórcio empreendedor da UHE Belo Monte.

Para ter um maior entendimento sobre a complexidade do tema e do desafio proposto, o grupo realizou uma imersão em campo. Foi primeiro a Altamira (PA), cidade em que o empreendimento será implementado, entender quem são as pessoas que vivem na localidade, quais seus anseios e inseguranças e como é o lugar que será impactado pela obra. Em seguida foi à Rondônia conhecer a experiência de Jirau, uma usina hidrelétrica que está em processo de instalação. Ali foi possível ver os impactos consolidados de uma obra deste porte no âmbito local, as medidas de mitigação e compensação que vêm sendo tomadas e os problemas gerados.

A principal base de sustentação deste trabalho é a premissa de que existe uma mudança no cenário atual, em que a sustentabilidade deixa de ser uma tendência e se consolida como realidade. A sociedade começa a perceber como pode, com suas ações e escolhas, interferir na construção de um novo cenário para o mundo. E busca uma reflexão consciente das consequências dos seus atos e o apoio às iniciativas de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, surge o que o grupo chamou de uma Nova Ordem Empresarial – a sustentabilidade ocupa espaço nas empresas e modifica o modo de fazer negócios. A sustentabilidade pode gerar valor para o acionista e não significa mais um entrave para os lucros da organização. Assim, existe uma percepção de que tais mudanças não retratam apenas *compliance* ou *marketing* verde, mas, sim, a sobrevivência empresarial por meio de inovação e novos modelos de negócio.

Ao se fazer uma análise do comportamento recente e das estratégias de sustentabilidade do setor bancário no Brasil, pode-se perceber um alinhamento com os preceitos dessa Nova Ordem Empresarial. Esse posicionamento é ratificado com a assinatura voluntária da maioria das instituições financeiras de grande porte do documento “Princípios do Equador”. O documento

traz pontos relativos a impactos ambientais e sociais a ser avaliados pelos bancos antes da realização de grandes investimentos. Neste parecer, os “Princípios do Equador” são utilizados como base de análise dentro da perspectiva dos bancos.

A multiplicidade de interesses envolvidos, bem como a complexidade do projeto de construção da UHE de Belo Monte, estimulou nosso grupo a fragmentar a análise de riscos e oportunidades em diferentes aspectos, que foram sintetizados nos pilares a seguir: político; jurídico; de crédito; e reputacional. Cada pilar apresenta as questões mais relevantes ligadas aos seus respectivos temas, seguidas de uma conclusão que sintetiza o risco que se apresenta a cada processo de tomada de decisão dos financiadores. Para sua construção, o grupo realizou entrevistas com acadêmicos e especialistas que forneceram suas visões sobre o tema, segundo a sua área de atuação.

Tomando por base esta análise, o grupo entende que o empreendimento da UHE de Belo Monte não pode ser tido como um projeto sustentável. Algumas evidências disso são as falhas e atropelos ocorridos no processo de licenciamento do projeto, a falta de consideração com as observações feitas pela população e por especialistas em audiências públicas, a não realização de reuniões indígenas e o desrespeito à Constituição Federal e à legislação internacional. A viabilidade econômica do projeto também é questionada, o que leva à falta de interesse de financiadores privados, aumentando assim a participação do governo.

Em locais receptores de grandes empreendimentos hidrelétricos é evidente a ausência de planejamento adequado anterior ao início das obras de instalação – o que resulta em péssima infraestrutura e precários serviços prestados em diversas áreas, tais como saneamento, educação, saúde e segurança. A situação de grandes constrangimentos e tensões sociais observada em Jirau pelo grupo FIS ilustra bem esse cenário.

O grupo identificou que o principal risco a ser levado em conta na avaliação da operação de crédito para o empreendimento da UHE de Belo Monte dentro da ótica da sustentabilidade são as ameaças à imagem e à reputação dos bancos. A concessão de crédito para o empreendimento significa regredir no processo rumo à sustentabilidade. A UHE de Belo Monte contém diversos problemas no seu processo de licenciamento, na preparação de sua instalação e na mitigação dos impactos sociais e ambientais, infringindo de forma significativa os “Princípios do Equador”. Cabe considerar a variável tempo nessa equação, uma vez que a médio prazo as questões levantadas serão ainda mais caras à sociedade.

Nesse sentido, tendo em vista esse cenário, acreditamos que a UHE de Belo Monte pode se apresentar como oportunidade para os bancos darem um passo à frente e assumirem uma posição de liderança na Nova Ordem Empresarial, incrementando sua imagem e reputação.

É importante salientar que este parecer baseou-se especificamente na análise do projeto UHE de Belo Monte. Portanto não é replicável, sem as considerações devidas, a outra hidrelétrica ou outro projeto na Amazônia. Diz respeito apenas, e principalmente, à defesa de um processo correto de licenciamento, além de planos de mitigação e compensação que precedam a obra, que estejam de acordo com as leis e que garantam um diálogo pleno entre todas as partes interessadas, levando-se em consideração a discussão da relação impacto - benefício de cada empreendimento.

Dessa forma, nosso parecer final nos leva a desaconselhar a concessão de crédito para o aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer imensamente à Fundação Getulio Vargas, ao Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV, à SEI, à No Design, à ESBR e a todos aqueles que, de alguma maneira, contribuíram durante todo o processo do FIS.

Um agradecimento especial ao Itaú Unibanco e ao Grupo Santander Brasil pela oportunidade que nos proporcionaram.

1. Introdução

, Elaborado por estudantes dos cursos de graduação em Administração Pública, Administração de Empresas e de Economia da Fundação Getúlio Vargas, este trabalho apresenta um parecer sobre os riscos socioambientais envolvidos em uma possível operação de crédito aos empreendedores vencedores do leilão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE de Belo Monte), em Altamira, Pará, no âmbito de um compromisso internacional voluntário assumido pelas mais importantes instituições financeiras brasileiras, conhecido como “Princípios do Equador”.

Este parecer é uma adaptação do trabalho final da disciplina Formação Integrada para Sustentabilidade (FIS), cujo desafio foi avaliar os riscos socioambientais do projeto para dois bancos signatários dos Princípios do Equador, *Equator Banks*¹, Itaú Unibanco e Grupo Santander Brasil, parceiros dessa iniciativa. Os resultados finais do trabalho apresentado aos dois bancos nos incentivaram, como estudantes e cidadãos, a revisar o texto para dividir suas conclusões com a sociedade brasileira e com o setor financeiro, em particular.

Apesar de toda a dedicação e do “mergulho” durante alguns meses no caso Belo Monte, o grupo de estudantes reconhece sua complexidade e não tem a pretensão de esgotar o tema com este trabalho, muito menos de apresentar uma solução definitiva. Entretanto, acredita que o processo pelo qual coletou as informações das diferentes partes interessadas no projeto – aliado a um embasamento metodológico-conceitual robusto – permitiu uma compreensão sobre o problema que merece ser compartilhada.

Por fim, é fundamental salientar que os dados, informações e experiências citados nesta exposição, salvo exceções devidamente mencionadas, são todos relativos ao primeiro semestre de 2010, período no qual este relatório foi inicialmente desenvolvido.

1.2 Sustentabilidade na FGV- EAESP

Mundialmente reconhecidos, os desafios da sustentabilidade já mobilizam as principais instituições empresariais e governamentais rumo a um novo modelo de desenvolvimento. Estas, por sua vez, começam a demandar das organizações de ensino, em particular das escolas de negócio, um protagonismo no desenvolvimento de uma nova geração de líderes, com as competências necessárias para o enfrentamento deste cenário.

¹ Instituições financeiras signatárias dos Princípios do Equador (*Equator Principles Financial Institutions EPFIs*) comprometem-se a garantir que os projetos que financiam sejam desenvolvidos de forma socialmente responsável e reflitam boas práticas de gestão social e ambiental. Para mais, ver: Os Princípios do Equador, disponível em: http://www.equator-principles.com/documents/ep_translations/EP_Portuguese.pdf

Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas declarou o período de 2005 - 2014 a década da educação para o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de integrar os princípios, valores e práticas de desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação e treinamento. A UNESCO lidera esse processo, envidando esforços para estimular as mudanças no comportamento humano que irão criar um futuro ambientalmente íntegro, economicamente inclusivo e socialmente justo.

A ONU, certa do papel estratégico das escolas de negócio, criou um conjunto de princípios que recebeu a designação de “*Principles for Responsible Management Education*” – PRME, com o intuito de inspirar e fomentar o processo de transformação dessas instituições, do ponto de vista pedagógico, institucional e de pesquisa.

A FGV-EAESP acatou o desafio e, em outubro de 2009, aderiu ao PRME, assumindo o compromisso de revisar e adaptar currículos, linhas de pesquisas, metodologias pedagógicas e estratégias institucionais para um novo ambiente de negócios e uma nova lógica da sociedade. Nasce, assim, a disciplina eletiva Formação Integrada para a Sustentabilidade (FIS), um projeto pedagógico inovador que busca formar pessoas que atuem de forma coerente e pertinente na liderança rumo ao desenvolvimento sustentável.

1.3 O Projeto FIS

Formação Integrada para a Sustentabilidade (FIS), iniciativa da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), é uma disciplina eletiva cujo objetivo é criar as condições para o desenvolvimento de pessoas que se comprometam com a geração de valor sustentável para a sociedade, buscando estimular uma mudança do paradigma de percepção no exercício de seu papel social enquanto liderança responsável.

A proposta, inspirada nas experiências internacionais mais inovadoras em formação para a sustentabilidade², integra três razões no processo de formação: a razão formal (conceitos, metodologias e teorias); a razão sensível (imaginação e sentimentos); e a razão experiencial (vivência e conhecimento tácito). Nossa abordagem assume que somente a perspectiva dos saberes formais é insuficiente para lidar com a complexidade do sujeito e do ambiente, uma vez que se compreende que o ser humano não se limita à racionalidade e que a vida é um ofício no qual se misturam imagem e som, gosto e cheiro, toque e espírito. Logo, explorar a dimensão sensível do aprendizado torna-se necessário para resignificar atitudes e adotar novos comportamentos mais adequados ao contexto da sustentabilidade. Por último, esquadrihar/esmiuçar/examinar a via experiencial dos saberes proporciona aos estudantes a oportunidade de presenciar os problemas que são discutidos em sala de aula. Essas vivências

² Esse tipo de trabalho já é realizado em diferentes aplicações que apresentam resultados significativos (Change Lab, da Reos Partners; Schumacher College; Team Academy; Kaos Pilot; Knowmads; Guerreiros Sem Armas – Instituto Elos).

contextualizadas possibilitam olhar pelas diferentes perspectivas, o que favorece a mudança do paradigma da percepção de si mesmo, do outro, e de seu entorno. Além disso, a conexão com as experiências e os atores leva a uma melhor compreensão da realidade e um desenho de soluções mais inovadoras e eficientes, enriquecendo a capacidade do indivíduo de se reorientar rumo a si mesmo, ao outro e ao seu entorno, com a subsequente incorporação do “todo” no seu processo de tomadas de decisões, individuais e profissionais.

Em suas ações formativas, o FIS procura continuamente estimular no aluno sua capacidade de trabalhar em equipe, de formular estratégias para lidar com questões complexas, de autogerir-se, visando uma ampliação de consciência e uma atitude ética. Com o propósito de superar uma educação de mão única e propor um processo interativo, centrado na autoformação do aluno e sustentado fortemente na habilidade reflexiva, os encontros do FIS são organizados em torno de diálogos, dinâmicas grupais, palestras, discussões, pesquisas e vivências. Envolve atividades artísticas, corporais, de reflexão e práticas tradicionais. O professor assume o papel de *coach*, um mediador do conhecimento com sensibilidade e crítica. Torna-se um aprendiz permanente e um construtor de sentido, apoiando o aluno em seu processo de “aprendência”, orientando-o para que descubra os caminhos para ampliar a visão da realidade e aperfeiçoar suas habilidades para um comportamento responsável.

Os encontros contam com um desenho em que todos se sentam em círculo, buscando resignificar a relação professor – estudante - aprendiz, a fim de construir uma responsabilidade compartilhada pelo processo de aprendizagem, isto é, criando as condições necessárias para que todos participem do ensino e do aprendizado.

A fim de compor o grupo que vai participar do FIS, os estudantes passam por um processo de co-seleção – seleção de duas vias –, cujo critério principal é a diversidade. No processo, eles são convidados a dialogar sobre um desafio real da sustentabilidade e a perceber, com isso, como a situação está diretamente conectada às suas respectivas realidades. Esse processo já contextualiza o que será a jornada do FIS, uma vez que a disciplina é desenvolvida por dois caminhos – o Projeto de Si Mesmo e o Projeto Referência:

- (i) **Projeto de Si Mesmo**, centrado na autoformação do aluno, consiste em um processo constante de produção de sentido pessoal, visando o desenvolvimento de competências necessárias para lidar com uma realidade complexa, integrativa e com alta demanda por inovação;
- (ii) **Projeto Referência**, com atenção voltada para a ampliação e aplicação prática dos conhecimentos de Administração, levando-se em conta os desafios complexos da sustentabilidade, e com o objetivo de propor recomendações e soluções para um problema atual, de uma organização real. O desafio define o conteúdo formal do curso, ou seja, a partir dele serão construídas as vias de acesso ao conhecimento, necessárias à

compreensão do problema e elaboração da recomendação ou ao encaminhamento de uma solução.

Para realizar o planejamento e a construção das aulas do FIS, a eletiva conta com uma equipe multidisciplinar. Além disso, contam também com a colaboração de especialistas, pesquisadores, artistas e educadores.

1.4 Abordagens utilizadas: Transdisciplinaridade / Teoria U

O FIS utilizou-se de um arcabouço metodológico e teórico para propiciar uma formação efetivamente integrada para seus participantes, com a intenção de que os diversos aspectos – como habilidades, conhecimentos, inteligências múltiplas e a criatividade – fossem incorporados nesse processo formativo. Para tal, o FIS teve como base a proposta da abordagem Transdisciplinar e a Teoria U (Processo U).

Transdisciplinaridade³

Etimologicamente, “transdisciplinaridade” é o que está *entre, através e além* das disciplinas. Constitui-se, então, em um diálogo não só entre as disciplinas, mas entre áreas diferentes do conhecimento e entre estas e os saberes não acadêmicos e as tradições de sabedoria.

O termo foi criado em 1970 por Jean Piaget, como uma abordagem que seria ainda mais ampla que as relações interdisciplinares. Segundo Basarab Nicolescu: *a disciplinaridade, a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são as quatro flechas de um único e mesmo arco: o do conhecimento.*

A metodologia transdisciplinar apóia-se em três pilares: complexidade, níveis de realidade e lógica do terceiro incluído. A partir deles podemos explorar e compreender a amplitude ontológica, epistemológica, lógica e metodológica transdisciplinar, criar métodos e modelos transdisciplinares adequados a situações particulares e práticas, sem perder o horizonte do sentido.

A educação transdisciplinar *re-avalia* o papel da intuição, da imaginação, da sensibilidade, da autoconsciência e do corpo na transmissão dos conhecimentos, a fim de ensinar a contextualizar, concretizar e globalizar.

³ Para mais referências, consultar: <http://www.cetrans.com.br/>

Teoria U⁴

Desenvolvida por professores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e renomados consultores, a Teoria U constitui-se em uma nova lente para enxergar a liderança, assim como é uma metodologia para responder a desafios complexos de forma inovadora e eficaz. O Processo U assemelha-se à letra “U”, consistindo-se de três macromovimentos destacados na figura abaixo – *Sensing*, *Presencing* e *Realizing*.



Figura 1: Três movimentos do U

Fonte: SCHARMER, 2007, p. 33, tradução dos autores.

Para tratar de desafios complexos, a Teoria U propõe um "desacelerar". Em vez de agir reativamente a uma questão complexa, deve-se primeiro sentir o problema, com mente e coração abertos, para possibilitar uma compreensão deste sob os pontos de vista dos seus diversos *stakeholders*, e então compreender o sistema de forma holística. Essa é a fase denominada *Sensing*.

Em seguida, a fase *Presencing* propõe que o indivíduo ou o grupo se afastem do problema em questão, para permitir que uma sabedoria interior possa emergir. Ao permitir ao grupo afastar-se do problema, abre-se um espaço propício para que *insights* significativos possam surgir/acontecer.

No terceiro momento, *Realizing*, o grupo cristaliza sua intenção e propósito maiores em relação ao que pretendem desenvolver daqui para frente. A forma como seus projetos e iniciativas irão se desenvolver dá-se por intermédio de protótipos, em que se busca experimentar e refinar os projetos constantemente num microcosmo representativo do problema em questão. O lema da prototipagem consiste em “errar bastante para acertar depois”, em que a equipe constantemente busca revisar seu projeto a partir de *feedbacks* dos *stakeholders*-chave do problema, assim como especialistas que possam lhe dar subsídios. Uma vez que os protótipos de projetos inovadores se formaram, o Processo U finaliza-se ao institucionalizar e dar escala a tais projetos.

⁴ Para mais referências, consultar: <http://www.presencing.com/presencing-theoryu/papers.shtml>

2. Justificativa

"Se não mudarmos de direção, acabaremos onde estamos indo", já dizia um antigo ditado chinês. Dessa forma, a pergunta que se coloca é: "Para onde mesmo nós estamos indo?"

O estado do mundo é delicado e a incerteza está presente em diferentes níveis e em diferentes sistemas – vivemos uma crise financeira, uma crise climática, uma crise alimentar, uma crise energética e, sobretudo, uma crise de valores humanos. Temos diferentes partes do mundo fluindo em ritmos extremamente distintos, o que eleva o nível de complexidade desses obstáculos.

Nesse sentido, uma visão de mundo integrada é essencial. Compreender que essas questões são globais e interdependentes é fundamental para nosso futuro comum. Não há fronteira que sustente desastres naturais, fluxos migratórios ou crises financeiras. O nível de interconexão que a sociedade de redes gerou vai além de nossas previsões.

Observa-se, assim, um movimento de nações, organizações e cidadãos discutindo e questionando cada vez mais a importância de buscar modelos, lógicas, valores e ações efetivas que aproximem culturas e articulem saberes para o enfrentamento dos desafios que se constituem, aprimorando nossa convivência na Terra.

Como liderança emergente, o Brasil assume nesse cenário, portanto, uma posição extremamente importante. Por uma série de motivos – biodiversidade, reservas de água, potencial energético renovável, solos cultiváveis, dimensão territorial, clima favorável, cultura acolhedora –, temos a oportunidade histórica de liderar esse movimento. É inegável que o Brasil está em foco e que temos a chance de ser exemplo de uma nova visão sobre desenvolvimento para o mundo.

No entanto, o que temos acompanhado é um plano estratégico nacional que ignora esse movimento crescente. É possível afirmar isso, ao analisarmos a visão de desenvolvimento que fundamenta o maior conjunto de políticas econômicas da história do Brasil – o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Que a infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento do país não se discute. O que se busca questionar é qual forma de infraestrutura, a que preço estamos dispostos a construí-la, qual a real contribuição desses projetos e o que estamos perdendo com essa visão de projeto de país?

O investimento de cerca de 1 trilhão de reais do PAC faz parte da lógica de desenvolvimento adotada pelo governo brasileiro, que prioriza estímulos ao setor produtivo e considera que os indicadores sociais evoluem como consequência do crescimento econômico, conforme passagem da *webpage* oficial:

(...) a expansão do investimento em infraestrutura é condição fundamental para a aceleração do desenvolvimento sustentável no Brasil. Dessa forma, o País poderá superar os gargalos da economia e estimular o aumento da produtividade e a diminuição das desigualdades regionais e sociais (PAC, 2011).

A falta de coerência entre os limites dessa estratégia e o complexo cenário retratado, apesar de não ser o objeto deste trabalho, é parte integrante de sua análise, considerações e recomendações.

Ao ganhar proporção e escala esse cenário traz à tona preocupações e reflexões sobre como o nosso modo de vida não é capaz de satisfazer as necessidades de grande parte da população, ao mesmo tempo em que o atual modo acelerado de utilização dos recursos naturais, em um futuro próximo, tornará crítica não somente a exclusão social, mas também a quantidade de recursos naturais disponíveis.

Uma das premissas deste trabalho é que a sustentabilidade não é apenas um modismo passageiro, mas um cenário que se consolida e é cada vez mais valorizado pela sociedade.

Questões ecológicas e de justiça social são um apelo cada vez mais poderoso perante a população mundial. Gradualmente, os cidadãos conscientizam-se de seu papel nos acontecimentos globais, alterando hábitos em prol da construção de um novo cenário para o mundo, em que se busque a prosperidade humana e o desenvolvimento de forma sustentável.

Questionar o modo de vida, no limite, significa questionar as relações, sejam elas econômicas, interpessoais, profissionais, familiares e, até mesmo, a relação do ser humano com a natureza. Filosofia à parte, a visão da natureza como mero recurso para o sistema produtivo também leva à busca de novas formas de organização da economia, de novas tecnologias que solucionem a premente escassez de tais recursos.

Tomando-se por base esse cenário, surge algo que se convencionou chamar neste relatório de uma Nova Ordem Empresarial, em que a sustentabilidade assume papel cada vez mais importante nas organizações. Nessa Nova Ordem, ser sustentável não é mais apenas uma questão de *compliance* ou *marketing* verde, e, sim, uma questão de sobrevivência no mercado. Aos poucos, as empresas percebem que seus consumidores e *stakeholders* estão valorizando cada vez mais as questões ligadas à sustentabilidade.

Desse modo, a sustentabilidade empresarial mostra-se como um processo caracterizado pela alteração e inserção de novos princípios e valores na atuação, no posicionamento e nos relacionamentos da organização, que passa a objetivar não somente ações economicamente viáveis, mas também iniciativas consideradas ecologicamente corretas, socialmente justas, culturalmente aceitas e éticas.

Esses novos valores ganham aspectos de longo prazo, uma vez que a competição estimula e acelera a transformação contínua das empresas – um “ciclo virtuoso” possibilitado pelo processo de formação estabelecido entre a empresa e o ambiente externo.

Assim, redesenhar o modelo de negócio da corporação, visando oferecer produtos e serviços mais sustentáveis para um consumidor cada vez mais exigente e consciente, é uma forma de diferenciar-se da concorrência, ganhando mercado, aumentando os lucros e, por conseguinte, gerando valor para o acionista.

A *Figura 2* mostra de forma ilustrativa o raciocínio lógico apresentado nesta seção.

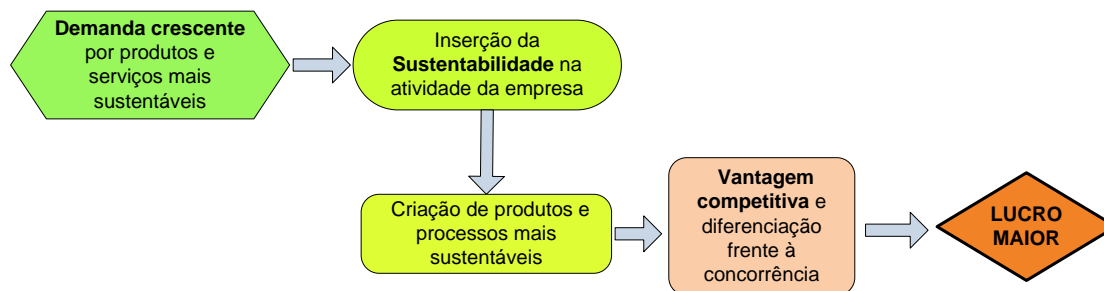


Figura 2 – Sustentabilidade gera valor para o acionista

Fonte: Elaboração dos autores

Veja na *Figura 3* como a sustentabilidade pode gerar valor para o acionista de diversas maneiras:

Benefícios gerados pela inserção da sustentabilidade no âmbito da empresa

- Marca mais forte e maior poder de definir preços.
- Maior eficiência operacional
- Uso mais eficiente dos recursos
- Otimização da cadeia de produção
- Menores custos e impostos
- Aumento da capacidade de atrair, reter e motivar funcionários
- Funcionários mais produtivos
- Aumento da fidelidade do consumidor.
- Maior habilidade para entrar em novos mercados
- Novas fontes de receita
- Reduz os riscos operacionais, de mercado, e do negócio.
- Menor custo de capital
- Mais acesso a capital, financiamento e seguro

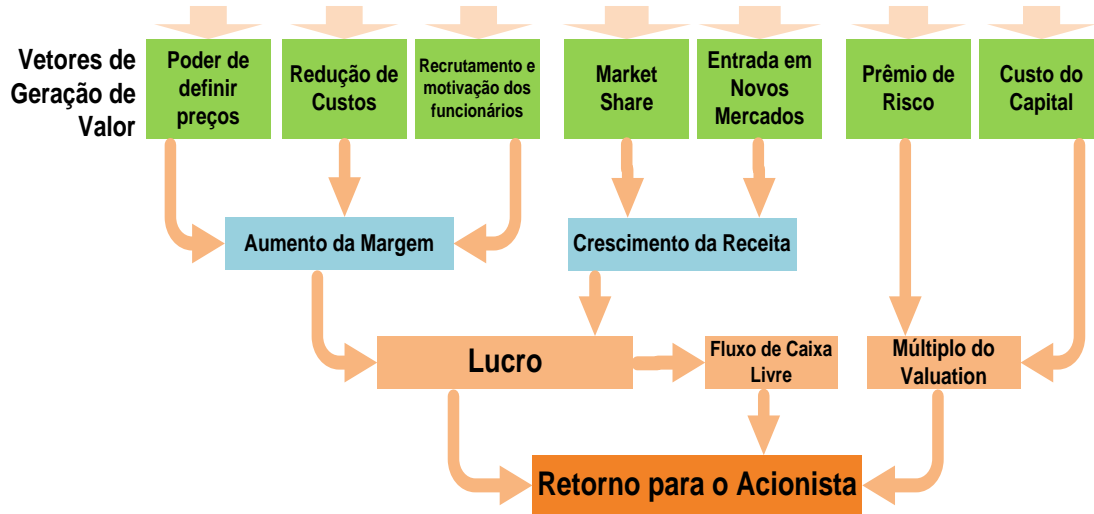


Figura 3 – Diferentes maneiras de gerar valor com a inserção da sustentabilidade na empresa

Fonte: “Sustainability and competitive advantage”, Berns *et al* (2009), traduzido pelos autores

Nessa corrida retratada pela Nova Ordem Empresarial, as organizações bancárias apresentam grande relevância, principalmente pela força econômica e influência que exercem sobre as mais variadas organizações e empreendimentos.

Apesar de tradicionalmente não ser consideradas decisivas na análise de riscos para a concessão de crédito, é crescente a tendência de responsabilização solidária das instituições financeiras que apóiam projetos contrários à corrida pelo desenvolvimento sustentável.

Exemplo emblemático da influência do mercado consumidor no estímulo à transformação “verde” do setor financeiro deu-se nos eventos anteriores à assinatura dos Princípios do Equador. Em 2000, uma ousada mobilização liderada pelo BankTrack por meio da Rainforest Action Network (RAN) teve por objetivo convencer o Citigroup a parar o financiamento de atividades destrutivas em ecossistemas ameaçados. Dentre as ações realizadas, destacou-se a campanha de celebridades cortando seus cartões do banco em vídeos transmitidos pela internet, incentivando os clientes a fazerem o mesmo.

Nessa direção, diversas instituições financeiras de nível global assinaram em 2003 o acordo denominado Princípios do Equador (*Equator Principles*), em que assumem o compromisso voluntário de garantir o cumprimento dos 8 Padrões de Desempenho (*Performance Standards*) elaborados em conjunto com a International Finance Corporation (IFC), relativos ao financiamento de grandes empreendimentos.

Dessa forma, com a assinatura dos Princípios do Equador, espera-se que financiamentos que apresentem investimento acima de US\$ 10 milhões sejam desenvolvidos de forma socialmente responsável, refletindo boas práticas de gestão ambiental. Esse compromisso voluntário assumido pelos bancos simboliza uma reação de valores mais éticos e sustentáveis. No entanto, a efetiva implementação e o cumprimento dos Princípios do Equador são dificultados pela ausência de regulação e de obrigatoriedade, que se traduz em flexibilidade exacerbada, comprometendo e enfraquecendo o processo.

3. Objetivo

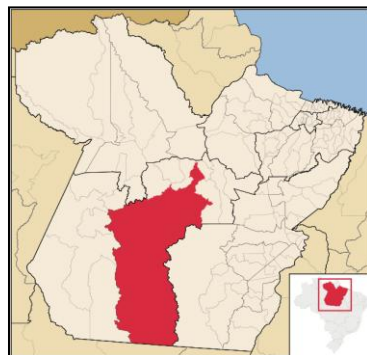
Este relatório tem por objetivo apresentar um parecer sobre os riscos socioambientais relativos à possível operação de crédito aos empreendedores vencedores do leilão para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE de Belo Monte), realizado em abril de 2010, em Altamira, no Pará, em conformidade com a perspectiva dos Princípios do Equador.

4. Contexto

4.1. Contexto local: Altamira e região

A compreensão do contexto local de Altamira e região é fundamental para entender os impactos da UHE de Belo Monte e do processo adotado na implementação do projeto. O município será a principal sede do empreendimento e abriga os principais impactados pela obra. A seguir um panorama geral da cidade e da região.

Altamira é uma cidade predominantemente rural, localizada no Centro-Sul do Estado do Pará, a 740 quilômetros da capital, Belém, e considerada o maior município do mundo em extensão territorial – 159.533 km². No ano de 2010 somavam-se 99.075 habitantes, quando 37,55% apresentavam menos de 19 anos, dos quais 63,57% estavam regularmente matriculados na escola, com apenas 9,8% cursando o Ensino Médio.



O Produto Interno Bruto (PIB) da cidade, em 2007, foi de 468,43 milhões de reais, dos quais: 12,69% são provenientes da agropecuária, 13,55%, da indústria, e 73,36%, do setor de serviços. O PIB *per capita* foi de R\$ 6.230,00, apresentando uma incidência de pobreza que chega a 40,66%, de acordo com o *Mapa da Pobreza e Desigualdade*, de 2003. O Índice de Desenvolvimento Humano pode ser considerado baixo, com o valor de 0,737, em 2000.

Em 2008, a população caracterizava-se por um total de 14.607 famílias de baixa renda, segundo o Cadastro Único do Governo Federal, das quais 8.197 são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Em 2010, a quantidade de desempregados chegou a cerca de 20 mil pessoas, 20% da população é analfabeta e menos de 1% possui nível superior. Além disso, apenas 20% da população têm acesso a água tratada, o esgoto é jogado diretamente no Rio Xingu e não há aterro sanitário para o depósito do lixo produzido.

Ressalte-se que mais de 80% do orçamento do município de Altamira provém de repasses dos governos federal e estadual e não da atividade econômica local.

As principais atividades econômicas de Altamira são o comércio local, a agricultura, a extração de borracha e castanha-do-pará e a pecuária. O ecoturismo, embora tenha potencial, não é explorado. O desenvolvimento dessas e de outras atividades é prejudicado pela carência de investimentos em infraestrutura, como saneamento básico e estradas asfaltadas. A única rodovia de acesso ao município é a Transamazônica (BR-230), que teve seu processo de pavimentação interrompido, deixando o município inacessível durante o longo período de chuvas, que se estende de dezembro a abril.

A infraestrutura regional é, portanto, precária, decorrente dos ciclos de investimento e migração ocorridos, como, por exemplo, o ciclo da borracha, da madeira, da pecuária, e a construção da Transamazônica. Em geral, esses empreendimentos foram encerrados sem que contribuíssem efetivamente para o desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida.

Até 1998, a energia elétrica era gerada por uma termelétrica instalada no local, que funcionava esporadicamente. Hoje, Altamira é abastecida por uma rede que leva a energia da Usina Hidrelétrica de Tucuruí até a cidade.

A rede social também é precária. Os serviços de assistência social, saúde e educação são insuficientes, com instalações antigas e pouco eficientes. Há uma clara preocupação com o futuro do município com o início das obras: “*A infraestrutura atual já é ruim, imagina com 100 mil pessoas a mais... Falta planejamento*” – Entrevista com Movimento Social. Essa também foi uma visão observada em entrevistas realizadas com os moradores de Altamira.

Alguns dados alarmantes ilustram a precariedade da infraestrutura local e da rede social. Em 2000, dos 17.469 domicílios, somente 3.545 tinham acesso a água encanada. Apenas 335 tinham

acesso à rede de esgoto, dos quais 5.327 com fossa séptica e 9.435 com fossa rudimentar, e chegava-se a 8,38% da população que não contava com banheiro nem fossa em casa. Estes são dados do IBGE e dimensionam um pouco a questão.

Se Altamira demonstra ter um cenário social, econômico e ambiental frágil, este foi agravado com a Operação Arco de Fogo: uma ação conjunta da Polícia Federal, do IBAMA e da Força Nacional de Segurança. Entre maio e julho de 2008, os agentes tiveram por objetivo erradicar a extração ilegal de madeira e o desmatamento da Floresta Amazônica. Se, por um lado, essa atuação parece ser plausível do ponto de vista ambiental, por outro, trouxe consequências econômicas e sociais negativas que resultaram em uma inquietação na comunidade altamirense.

Essa operação eliminou cerca de 15.000 empregos em Altamira, pois grande parte da população dependia, direta ou indiretamente, do trabalho das madeiras. Além disso, os comerciantes obtiveram uma significativa queda nas vendas ao serem inspecionados e terem temporariamente seus estabelecimentos lacrados, o que resultou em queda de demanda nas compras dos fregueses. Segundo a Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Altamira (Aciapa), as vendas caíram cerca de 50% no período da operação.

Entrevistas com a população local trouxeram a percepção de um descontentamento pela falta de alternativas econômicas para a região. Muitos destacam a ausência do Governo Federal, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e também do IBAMA na operação realizada. Criticam também os governos do Estado e do município, por não terem implementado políticas públicas que pudessem amenizar os impactos da operação. Em relação ao INCRA, são recorrentes as críticas quanto à omissão do órgão público em regularizar a questão fundiária na região.

Dois anos após a Operação Arco de Fogo, suas consequências ainda são significativas para o município de Altamira.

4.2. Contexto de Hidrelétricas no Brasil

Para entender o contexto da construção da UHE de Belo Monte, é pertinente compreender o potencial hídrico-energético do país e os impactos desse empreendimento. A crescente demanda de energia primária foi uma consequência do processo de desenvolvimento econômico. Ou seja, a industrialização, a expansão demográfica e um rápido processo de urbanização aumentaram a necessidade de geração de energia.

Desde a década de 1970, o Brasil modificou a estrutura de sua matriz energética. Em 1970, petróleo e lenha respondiam por 78% do consumo, enquanto no ano 2000 eram três as fontes que correspondiam a 74% do consumo: petróleo, lenha e energia hidrelétrica.

Segundo estudo publicado em *Novos Estudos – CEBRAP* (2010), a estimativa para 2030 é que haja uma diminuição da importância da lenha e do carvão vegetal na matriz energética e maior destaque para petróleo, energia hidráulica, cana-de-açúcar e gás natural, que, juntos, passarão a suprir 77% da demanda por energia. Na *Figura 4*, pode-se ver a evolução da matriz energética brasileira ao longo do tempo.

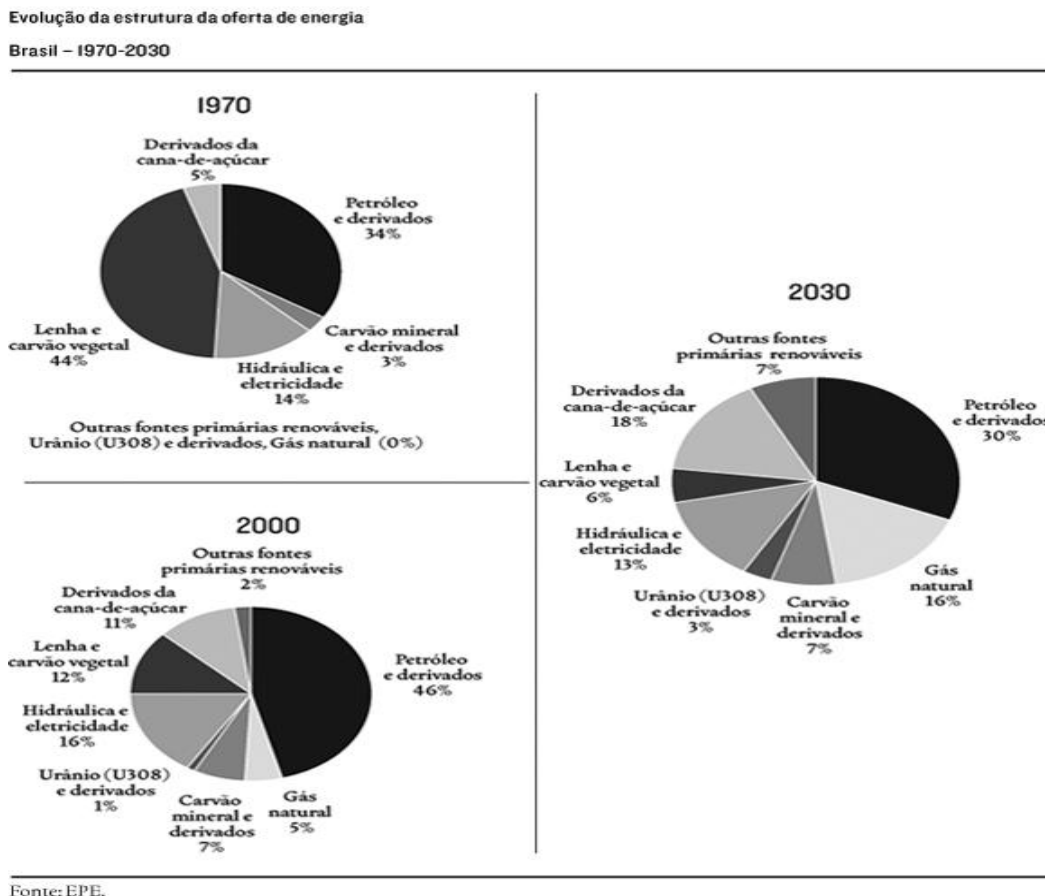


Figura 4: Evolução da estrutura de oferta de energia. Brasil – 1970-2030

Fonte: EPE, 2010.

O mesmo estudo apresenta a estimativa de que, em 2030, o consumo de energia elétrica no Brasil supere o patamar de 1.080 TWh, o que supõe uma expansão média de 4% ao ano no período considerado.

Tal crescimento de demanda leva ao debate sobre a construção de novas usinas hidrelétricas. Hoje, aproximadamente 70% do potencial hidráulico brasileiro passível de ser aproveitado concentra-se na Bacia Amazônica e no Cerrado, mas grande parte dessas áreas são reservas florestais, parques nacionais e Terras Indígenas. A exploração desse potencial demanda estudos especiais acerca dos possíveis impactos das mudanças de regime climático nessas regiões e da sustentabilidade ambiental dos biomas em questão.

Devido às características de produção e consumo energético no Brasil, justifica-se o Sistema Interligado Nacional (SIN), voltado para gerar e transmitir a energia, que abrange a maior parte do território brasileiro e é composto de usinas, linhas de transmissão e ativos de distribuição. Há também os chamados Sistemas Isolados, que estão conectados ao SIN e recebem este nome por ser de menor porte e por estar concentrados em sua maioria na Região Amazônica.

De acordo com o Banco de Informações de Geração (BIG), da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Brasil em 2010 possuía 2.307 usinas de geração elétrica em operação, o que corresponde a uma capacidade instalada de 114.180 MW (megawatts), número que exclui a participação paraguaia de Itaipu. Esse total de usinas compreende 174 hidrelétricas (UHE), 1.380 térmicas (UTE), 378 pequenas centrais hidrelétricas (PCH), duas nucleares (UTN), 323 centrais geradoras hidrelétricas (CGH), 46 centrais geradoras eólicas (EOL) e 4 centrais geradoras solares fotovoltaicas (SOL).

Segundo a Aneel, na década de 1990 ocorreu um processo que modificou o modelo do setor energético. Trata-se da privatização das companhias operadoras iniciada com a Lei nº 9.427, de 1996, que criou a Aneel e determinou que a exploração dos potenciais hidráulicos fosse concedida por meio de concorrência ou leilão, em que o maior valor oferecido pela outorga determinaria o vencedor.

Assim, o processo de construção de uma UHE inicia-se com uma autorização da Aneel para elaborar um estudo de inventário, uma vez que se trata da exploração de um recurso natural que, pela Constituição, é considerado um bem da União. Cabe à Aneel também aprovar tal estudo.

O segundo passo envolve um estudo de viabilidade a ser feito pelo empreendedor, o qual, ao mesmo tempo, deve obter a licença prévia ambiental e a reserva de recursos hídricos. Só depois disso é que o empreendimento pode ir a leilão de venda. Vence o empreendedor que oferecer a venda às distribuidoras pelo menor preço por MWh (megawatt-hora).

Segundo informações da Aneel, para produzir energia hidrelétrica é necessário integrar a vazão do rio, a quantidade de água disponível em determinado período de tempo e os desníveis do relevo, sejam eles naturais, como as quedas- d'água, ou criados artificialmente.

Já a estrutura da usina é composta, basicamente, de barragem, sistema de captação e adução de água, casa de força e vertedouro, que funcionam em conjunto e de maneira integrada.

A barragem tem por objetivo interromper o curso normal do rio e permitir a formação do reservatório. Além de “estocar” a água, esses reservatórios têm outras funções: estabelecer a posição do desnível necessário para a configuração da energia hidráulica, a captação da água em volume adequado e a regularização da vazão dos rios em períodos de chuva ou estiagem.

Algumas usinas hidrelétricas são chamadas de “fio d’água”, ou seja, estão próximas à superfície e utilizam turbinas que aproveitam a velocidade do rio para gerar energia. Essas usinas do tipo fio d’água reduzem as áreas de alagamento e não formam reservatórios para estocar a água, o que diminui a capacidade de armazenamento de água, única maneira de poupar energia elétrica para os períodos de seca.

Os sistemas de captação e adução são formados por túneis, canais ou condutos metálicos que têm a função de levar a água até a casa de força. É nessa instalação que estão as turbinas, formadas por uma série de pás ligadas a um eixo conectado ao gerador.

Durante o seu movimento giratório, as turbinas convertem a energia cinética (do movimento da água) em energia elétrica, por meio dos geradores que produzirão a eletricidade. Depois de passar pela turbina, a água é restituída ao leito natural do rio pelo canal de fuga. Os principais tipos de turbinas hidráulicas são: Pelton, Kaplan, Francis e Bulbo. Cada turbina é adaptada para funcionar em usinas com determinada faixa de altura de queda e vazão. A turbina do tipo Bulbo é usada nas usinas fio d’água por ser indicada para baixas quedas e altas vazões, não exigindo grandes reservatórios.

Por último, há o vertedouro, cuja função é permitir a saída da água sempre que os níveis do reservatório ultrapassarem os limites recomendados. Uma das razões para a sua abertura é o excesso de vazão ou de chuva. Outra é a existência de água em quantidade maior que a necessária para o armazenamento ou a geração de energia. Em períodos de chuva, o processo de abertura de vertedouros busca evitar enchentes na região de entorno da usina.

As hidrelétricas, comparadas com outras opções de geração de energia, são consideradas mais eficientes, limpas e seguras. Suas atividades provocam emissão menor de gases causadores de efeito estufa do que as das termelétricas movidas a combustíveis fósseis, além de não envolverem os riscos implicados, por exemplo, na operação das usinas nucleares, em que podem ocorrer vazamentos, contaminação de trabalhadores e da população com material radioativo etc.

As usinas hidrelétricas, no entanto, geram uma série de impactos socioambientais, como alterações nas características climáticas, hidrológicas e geomorfológicas locais, a morte de espécies que vivem nas áreas de inundação, o desequilíbrio do ecossistema, a propagação de endemias, e as questões sociais.

5. Instrumentos de análise

5.1. Referencial Teórico – *Equator Principles*

Como principal referencial teórico para a análise dos riscos socioambientais da concessão de crédito para a UHE de Belo Monte, o grupo utilizou os 8 Padrões de Desempenho (*Performance Standards*) dos Princípios do Equador.

Conforme mencionado anteriormente, tais padrões são critérios mínimos para a concessão de crédito, que devem ser observados para assegurar que os projetos financiados sejam desenvolvidos de forma social e ambientalmente responsável.

Avaliados e estruturados a partir de *Project Finance*, projetos financiados com valor acima de US\$ 10 milhões são categorizados em um *rating* socioambiental de acordo com seu risco: A (alto), B (médio) ou C (baixo risco). Projetos do tipo A ou B implicam a necessidade de um relatório ambiental que os modifiquem e reduza os riscos para a comunidade do entorno. Esse relatório pode até mesmo trazer a alternativa de não conclusão do projeto.

Para empresas que tenham interesse em conseguir recursos de financiamento com instituições signatárias dos Princípios do Equador, novos quesitos devem ser incorporados na avaliação de *Project Finance*, tais como: gestão de risco ambiental e proteção à biodiversidade; proteção à saúde e à diversidade cultural e étnica; avaliação de impactos socioeconômicos, incluindo comunidades e povos indígenas; respeito aos direitos humanos; entre outros.

Dessa forma, com intuito de evitar impactos negativos em ecossistemas e que comunidades sejam afetadas por projetos; além de reduzir, mitigar e/ou compensar de forma apropriada os danos inevitáveis do empreendimento, os 8 Padrões de Desempenho foram definidos conforme brevemente citados a seguir.

- 1. Avaliação Social e Ambiental e Sistema de Gestão:** Aponta a importância da gestão do desempenho social e ambiental ao longo da vida de um projeto.
- 2. Condição do Trabalho:** Reconhece o crescimento econômico através da criação de emprego e geração de renda, equilibrada com os direitos básicos dos trabalhadores.
- 3. Redução e Prevenção da Poluição:** Reconhece o impacto da atividade econômica, que por muitas vezes compromete a qualidade do ar e da água e gera poluição na terra.
- 4. Saúde e Segurança Comunitária:** Aponta a geração de renda que os projetos proporcionam às comunidades, mas reconhecem os riscos de acidentes, falhas estruturais e o uso de materiais perigosos.

5. **Aquisição de Terras e Assentamento Involuntário:** Decorre do deslocamento físico e econômico, com base na aquisição de terrenos por meio de instrumentos, tais como desapropriação.
6. **Conservação da Biodiversidade e Recursos Naturais:** Desperta a promoção da biodiversidade, a gestão sustentável e o uso responsável dos recursos naturais.
7. **Comunidades Indígenas:** Visa assegurar que o processo de desenvolvimento respeite as culturas indígenas.
8. **Patrimônio Cultural:** Protege o patrimônio cultural dos impactos adversos decorrentes das atividades dos projetos, além de apoiar sua preservação.

A análise dos padrões que fortemente se relacionam à UHE de Belo Monte é apresentada no Pilar Reputacional.

5.2. Diálogo com a realidade

5.2.1. Experiência de campo

Em busca de fundamentação e maior conhecimento para análise do empreendimento, além da metodologia da Teoria U, o grupo passou por uma experiência de campo entre os dias 16 e 25 de abril de 2010. Nesse período, visitou a região predefinida para a construção da UHE de Belo Monte em Altamira e entrevistou diversos atores sociais, com variados níveis de envolvimento e interesse no projeto da hidrelétrica. Essa jornada foi fundamental para a compreensão do contexto, da estrutura, dos receios e expectativas da população local em relação ao empreendimento.

Além da vivência na realidade local, a imersão propiciou ao grupo intensas reflexões acerca das necessidades e percepções da sociedade brasileira em relação ao projeto, uma vez que seus impactos, positivos e negativos, estarão concentrados na região, mas a energia servirá à sociedade brasileira como um todo. Tal questão nos levou a uma indagação acerca do modelo de desenvolvimento brasileiro e suas consequências socioambientais. O que resultou em uma mudança de perspectiva importante – o papel e a responsabilidade do grupo nesse contexto.

O grupo ainda visitou as obras da Hidrelétrica de Jirau, em Rondônia, para conhecer melhor quais as condições locais de um município que recebe grandes obras públicas, e qual é o seu efeito sobre a vida da população local, seus impactos sobre o meio ambiente, e também para entender melhor a dimensão de uma construção desse porte. Para tal, o grupo conversou com trabalhadores da obra, população local, associações empresariais, órgãos públicos, entre outras partes interessadas ou envolvidas. De posse dessas observações, foi possível refletir sobre o que pode vir a acontecer em Altamira.

Por fim, a experiência de campo encerrou-se na Chapada dos Veadeiros, norte de Goiás, onde foi feita uma reflexão geral sobre a jornada como um todo, compreendendo tudo o que foi observado, escutado e aprendido. Tal reflexão teve papel bastante importante nesse processo de imersão, pois possibilitou ao grupo cristalizar um ponto de vista coletivo segundo as/conforme as percepções individuais sobre o projeto da UHE de Belo Monte construídas ao longo dessa experiência de campo e permitiu que fossem definidos os próximos passos e ações do projeto.

5.2.2. Conversa com *stakeholders*

Além da experiência de campo, outro processo que envolveu diálogo com a realidade foi a interação com os *stakeholders*, que se deu não somente durante a experiência de campo, mas também ao longo de toda a disciplina. As conversas com especialistas nos levou a aprofundar nossos conhecimentos nos mais variados temas abordados, direta ou indiretamente, na construção deste parecer. A seguir é apresentada tabela com os indivíduos formalmente consultados e suas respectivas especialidades e organizações. E, ainda mais, informalmente o grupo esteve em contato com outros atores, que também contribuíram para a compreensão das questões levantadas.

Interlocutor	Trabalho/Organização
Cláudio Couto	Cientista Político / FGV
Fabiana Toyama	Comunicação / Thymus Branding
Betania Galas	Arte Educadora
Rubens Matuck	Artista Plástico
Nina Kahn	Antropóloga
Reginaldo Magalhães	Cientista Ambiental / IFC
Christopher Wells	Risco Socioambiental / Santander
Maria Eugênia Taborda	Sustentabilidade / Itaú
Marcelo Battisti	Socioambiental / Itaú BBA
Wellington Baldo	Sustentabilidade / Itaú
Nel Assal	SEI Consultoria
João Altenfelder	SEI Consultoria
Tamira Gallucci	SEI Consultoria
Marijane Lisboa	Cientista Social / PUC - SP
Victor Paranhos	CEO / ESBR
Otto Scharmer	Sloan School of Mgmt
Paula Peirão	Pesquisadora / GVces
Luciana Betiol	Pesquisadora / GVces
José Luiz Majolo	Ex- vice- presidente Banco Real
Sandro Marques	Sustentabilidade / Santander
Cândido Azeredo	Nó Design
Marco Teixeira	Cientista Político / FGV
Rodolfo Salm	Painel de Especialistas
Hermes Medeiros	Painel de Especialistas
Janice Cunha	Painel de Especialistas

Marcelo Salazar	ISA
Arthur Moretti	Amigos da Terra
Odileida Sampaio	Prefeita de Altamira
Cláudio Terre do Amaral	Ministério Público Federal de Altamira
Jocinei	Cacique Arara
Zé Carlos	Ex- cacique Arara

Além desta lista de *stakeholders* consultados, este trabalho também contém um resumo das conversas realizadas em campo com os principais atores da região de Altamira, registrado no Apêndice 9.1. No Apêndice 9.2 estão anotados os principais documentos investigados pelo grupo durante a disciplina.

5.3. Os pilares e os 5 Cs

Como apresentado anteriormente, a análise a seguir tem como base a ótica dos *Equator Banks*.

A multiplicidade de interesses envolvidos, bem como a complexidade do projeto de construção da UHE de Belo Monte, nos estimulou a fragmentar a análise de riscos e oportunidades em diferentes aspectos, que foram sintetizados nos pilares a seguir: político, jurídico, de crédito e reputacional.

Cada pilar apresenta as questões mais relevantes ligadas aos seus respectivos temas, seguidas de uma conclusão que sintetiza o risco oferecido a cada processo de tomada de decisão dos financiadores. Para sua construção, o grupo realizou entrevistas com acadêmicos e especialistas do mercado, que forneceram suas visões sobre o tema segundo a sua área de atuação.

O *pilar político* inicia-se por uma apresentação do contexto político brasileiro hoje, seguido de uma seção que trata da atuação do governo no processo, e termina apresentando as externalidades envolvidas no empreendimento.

No *pilar jurídico* são abordados os aspectos legais que podem vir a oferecer riscos ao empreendimento, e como eles afetariam seus financiadores. Nessa seção estão contidas questões jurídicas ligadas não somente à legislação nacional, como, por exemplo, desacordos com a Constituição Federal, mas também problemas ligados às convenções internacionais das quais o Brasil é signatário.

No *pilar de crédito* utilizou-se a metodologia dos 5 Cs do Crédito, modelo analítico proposto por Weston e Brigham, em 1972, e que avalia a capacidade do tomador de crédito por meio da avaliação de cinco fatores geradores de risco, são eles: caráter, capacidade, capital, condições e colateral. Além de qualificar os tomadores de crédito, a metodologia procura mensurar o tamanho do crédito que cada tomador pode vir a contrair.

No *pilar reputacional*, o grupo analisou possíveis impactos que o empreendimento pode causar na reputação dos bancos financiadores, e para tal foram utilizados os Princípios do Equador, com destaque para quatro áreas específicas: povos indígenas; preservação; aquisição de terras e reassentamento; e, por fim, segurança e saúde da comunidade. Ainda no quesito pilar reputacional, levaram-se em conta as relações entre a sociedade civil brasileira e a UHE de Belo Monte e, ainda, entre a comunidade internacional e a UHE de Belo Monte.

As conclusões de cada pilar oferecem um conjunto de fatores que vão fazer parte do item final deste documento, um Parecer Final.

6. Análise

6.1. Pilar político

Hoje, o cenário político brasileiro caracteriza-se por uma estabilidade inexistente em momentos históricos anteriores.

Em empreendimentos na Nova República, por exemplo, os bancos financiadores sofriam grande exposição a riscos característicos da falta de estabilidade econômica e da fragilidade política. Durante a década de 1980 e início dos anos 1990, o Brasil conviveu com diferentes planos econômicos, decretação de moratória, trocas recorrentes de moeda e altos índices de inflação, fatores que elevavam a incerteza e, conseqüentemente, os riscos de financiamento.

Após a redemocratização, a consolidação do Plano Real e o fortalecimento das instituições, houve conseqüentes avanços na estabilidade política e econômica do país. Cláusulas contratuais passaram a ser fatores determinantes e consideráveis nas relações mercadológicas, resultando em maior confiança por parte dos investidores, aumentando o crédito no país e desenvolvendo a economia.

Atualmente, os mecanismos institucionais estão estabilizados, fato que minimiza os riscos de quebra de contrato, pois os custos de comportamentos divergentes, como atos extraordinários e unilaterais, são elevados para o governo. As relações entre o poder público e o privado também sofreram alterações, e nessa configuração há maior espaço para o estabelecimento de negócios e parcerias, cuja continuidade contratual independe do partido que está no poder.

Por fim, é importante ressaltar o interesse do governo atual na execução da obra. A UHE de Belo Monte é a principal obra do PAC e, como tal, tem grande apoio político para que ocorra sem grandes interferências. Esse posicionamento político pôde ser observado na composição do consórcio com empresas estatais, no posicionamento da Advocacia-Geral da União (AGU) diante das ações do Ministério Público Federal (MPF) e, principalmente, em todas as declarações

do Executivo brasileiro, que constantemente legitima e assegura a realização da UHE de Belo Monte.

Conclusão do Pilar Político

Assim, o cenário político no Brasil de hoje não representa riscos significativos aos financiadores, uma vez que há situação de estabilidade contratual com o governo, assim como o interesse político deste para a realização do empreendimento.

6.2. Pilar jurídico

O pilar jurídico busca levantar como os bancos podem ser afetados caso haja alguma irregularidade legal na UHE de Belo Monte. Este pilar divide-se em três análises: das infrações dos direitos dos indígenas; das ambientais; e das do processo de licenciamento. Os bancos podem ser influenciados dentro dessas análises de três maneiras: atraso do fluxo financeiro da obra; responsabilização solidária nos processos; e o risco reputacional de estar envolvido em um processo jurídico.

O primeiro aspecto relacionado à análise das infrações dos direitos dos indígenas trata da ocupação das Terras Indígenas. O artigo 231 da Constituição Federal prevê que é nulo e extinto “todo e qualquer ato” que tenha por objeto a ocupação, o domínio e a posse de Terras Indígenas, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

A única ressalva que existe em outro parágrafo do mesmo artigo é a existência de “relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar”. Embora o caso de Belo Monte possa ser interpretado por tal ressalva, ou seja, pode-se entender que a energia gerada por Belo Monte é de interesse geral da população brasileira, a lei complementar exigida na Constituição ainda não existe.

O empreendimento também desrespeita a legislação internacional, especificamente o artigo 6º da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (incorporada na legislação brasileira em 2003) e os artigos 19 e 32 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas – DNUDPI (aprovada pelo Brasil em 2007). Esses artigos preveem a consulta prévia de povos indígenas sobre o empreendimento anterior à decisão por sua implantação pelo Congresso.

No caso da UHE Belo Monte, o Congresso Nacional concedeu a autorização para o início do processo de licenciamento antes da realização de consulta com as comunidades indígenas da região. O Supremo Tribunal Federal autorizou o procedimento com a justificativa de que poderia

ocorrer após a decisão do Congresso, decisão que contraria normas e convenções internacionais, além da nossa Constituição.

Embora a ratificação seja de caráter não vinculante, ou seja, não há obrigatoriedade legal no seu cumprimento, a não aplicação dessas normas internacionais impacta negativamente as relações internacionais do país e a reputação das organizações envolvidas no empreendimento.

Analisando-se as infrações ambientais relacionadas ao empreendimento, destacam-se os pontos abaixo.

A Constituição Federal estabelece no artigo 225 a proteção do meio ambiente pelo Poder Público e a sociedade, inclusive para as futuras gerações:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Pode-se dizer que a construção do empreendimento de Belo Monte fere o Princípio da Precaução do direito ambiental, que se baseia no artigo da Constituição citado acima. Este princípio existe para impedir ações que possam gerar dano ao meio ambiente no caso de os riscos não serem bem avaliados.

O empreendimento de Belo Monte possui diversas críticas quanto aos verdadeiros impactos ambientais, até mesmo para aqueles apontados no Estudo de Impacto Ambiental – EIA (declaração da ausência de estudos suficientes para avaliação), como é o caso do hidrograma do rio e como ele será utilizado para gerar energia. Essas críticas explicitam que os riscos podem estar sendo subestimados e, nesse caso, segundo o Princípio da Precaução, o projeto não deveria seguir em frente até novos estudos serem realizados.

Como foi dito acima, constitui aspecto polêmico o volume de água capaz de conciliar os interesses de geração de energia com os ambientais. Segundo dados da Agência Nacional de Águas (ANA), o Rio Xingu, em 35 anos analisados, só alcançou 22 mil m³/s de volume em 6% dos dias. Considerando-se os dados do EIA, segundo os quais são necessários 14 mil m³/s para produzir energia e, pelo menos, 8 mil m³/s para manter a vida nos 100 quilômetros do trecho de vazão reduzida, possivelmente a usina terá que optar por priorizar a vazão mínima da Volta Grande ou a geração de energia.

Segundo o artigo 143 do Código de Águas (da ANA), em todos os aproveitamentos de energia hidráulica devem ser satisfeitas as exigências dos interesses gerais. Nesse sentido, devem-se

garantir a conservação e a livre circulação dos peixes, a alimentação e as necessidades das populações ribeirinhas, assim como as da navegação.

Esses pontos não estão claros para todos os envolvidos, uma vez que os índios temem não poder navegar em alguns trechos do rio e, também, especialistas questionam a sobrevivência de algumas espécies de peixes, devido a mudanças na qualidade da água, no percurso do rio, assim como na vazão do curso d'água.

Em relação às infrações de processo de licenciamento, destacam-se a desobediência à Resolução nº 006/1987, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). A resolução do Conama é autoexplicativa. O leilão só deve ser realizado depois da Licença de Instalação. E o governo não respeitou esse processo.

Outra parte do processo não respeitada foi a antecipação, por parte da ANA, na concessão das águas antes da licença prévia.

A ANA tem que “conceder” a água necessária para a geração de energia, porque se trata de um bem público. Uma vez que o processo se adiantou à concessão da licença prévia, esse documento não prevê o hidrograma que foi alterado pelos técnicos, e é necessário, assim, que seja feita uma nova concessão da ANA, considerando-se as mudanças previstas pelo IBAMA.

De forma a acionar juridicamente, influenciar o andamento do projeto e levar a conhecimento da Justiça tais infrações, o Ministério Público Federal de Altamira (PA) entrou com pedido de várias ações civis públicas (ACP) contra os envolvidos. Tais ações, acolhidas pelo juiz federal de Altamira, resultaram em liminares que levaram à suspensão temporária da licença prévia e do leilão em si. No entanto, a AGU reagiu, conseguindo a suspensão das liminares, ao alegar que a obra é de suma importância para o desenvolvimento nacional. Esse mecanismo jurídico não julga o mérito dos questionamentos levantados pelo MPF, apenas posterga a questão.

Nesse ponto, vale destacar o atual empenho e a atuação constante da AGU para evitar paralisações de ordem jurídica no processo de licenciamento. Tal comportamento sinaliza a eventual postura do governo diante de futuros questionamentos sobre as infrações mencionadas e até diante de condenações em âmbito nacional ou internacional.

O resultado é que o banco/instituição financeira é afetado diretamente por essas infrações. Ele pode ter de responder solidariamente com o pagamento de multas e indenizações, e também sofrer impactos na TIR, VPL e *payback* do projeto, caso o empreendimento seja paralisado por processos judiciais decorrentes das infrações citadas ou, ainda, cancelado por recomendações de cortes internacionais.

Todos os atores principais envolvidos no empreendimento receberam do Ministério Público Federal uma notificação de responsabilização por possíveis danos causados por Belo Monte, inclusive o BNDES. Assim que forem definidos, os bancos privados que financiarem a obra também devem receber tal aviso. Não se pode prever o porte dessas multas e indenizações, mas presume-se que, na eventualidade de uma condenação, o pagamento desses valores seja pouco significativo em face dos retornos econômico-financeiros da operação.

O atraso no processo representa o risco de impacto financeiro mais provável para os bancos financiadores do projeto, uma vez que mecanismos de financiamento por *Project Finance* preveem o pagamento por meio da receita gerada pelo próprio empreendimento. Embargos temporários da obra são esperados diante da mobilização da sociedade civil da região, como observado nas paralisações da construção da hidrelétrica de Jirau (RO).

O cancelamento do projeto poderia acontecer pela condenação dos envolvidos em Cortes Internacionais referente às sérias infrações apontadas. Diante da falta de jurisprudência, acredita-se que é baixa a probabilidade de condenação do banco financiador em tais Cortes. No entanto, a suspensão da obra em si pode levar ao *default*, com sérios prejuízos financeiros ao banco, além de consequências reputacionais de grande relevância no cenário mundial. Vale lembrar que, apesar da grande valorização e peso simbólico da proteção da Amazônia e de povos indígenas nesse contexto, ainda seria questionável o cumprimento dessas recomendações internacionais para o cancelamento e/ou suspensão da obra, dado o forte empenho do governo federal em realizar o empreendimento.

Dessa forma, o banco pode ser afetado por meio de impacto financeiro e também corre risco reputacional caso financie o projeto, considerada a perspectiva de evolução do Direito no sentido da Justiça Ambiental e de uma preocupação cada vez maior com o meio ambiente por parte da sociedade civil.

O projeto segue em frente, apesar de ter em seu processo infrações, seja na esfera dos direitos indígenas, seja na esfera ambiental e do processo de licenciamento.

Conclusão do Pilar Jurídico

No âmbito jurídico nacional, dados os riscos de condenação das ações suspensas após recursos da AGU, sob a perspectiva dos bancos, o eventual impacto gerado não inviabiliza o financiamento.

Contudo, representa um risco importante a ser considerado ao longo da análise, principalmente por implicar riscos financeiros e reputacionais. Além disso, no âmbito internacional, o impacto pode ser mais relevante, uma vez que há possibilidade de pressão e condenação do projeto em Cortes como a Interamericana de Justiça, que podem chegar a demandar a suspensão da obra.

6.3. Pilar de crédito

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte representa uma oportunidade de investimento para os bancos. Deve-se, porém, levar em conta o risco de o empreendimento não ter êxito na geração dos fluxos projetados, de maneira que os termos acordados não sejam honrados. No caso, trata-se de um *Project Finance*, em que o empreendedor não fornece garantias além do próprio empreendimento e existe, em última instância, a incerteza de que o projeto efetivamente se pague.

Como apresentado anteriormente, foi utilizada a metodologia dos 5 Cs do Crédito para a realização da análise, que se segue:

6.3.1. Caráter

Consiste na análise da índole, da ética e da vontade do tomador de crédito em honrar seus compromissos. Uma forma de apuração de tais características é obter informações a respeito da atuação e tempo de existência da organização tomadora do eventual empréstimo, visando verificar possibilidades de não pagamento do financiamento, histórico da índole e ética do tomador.

No caso de Belo Monte, trata-se de um consórcio formado por nove empresas que, desde o início de sua formação, teve sua estrutura de participações modificada:

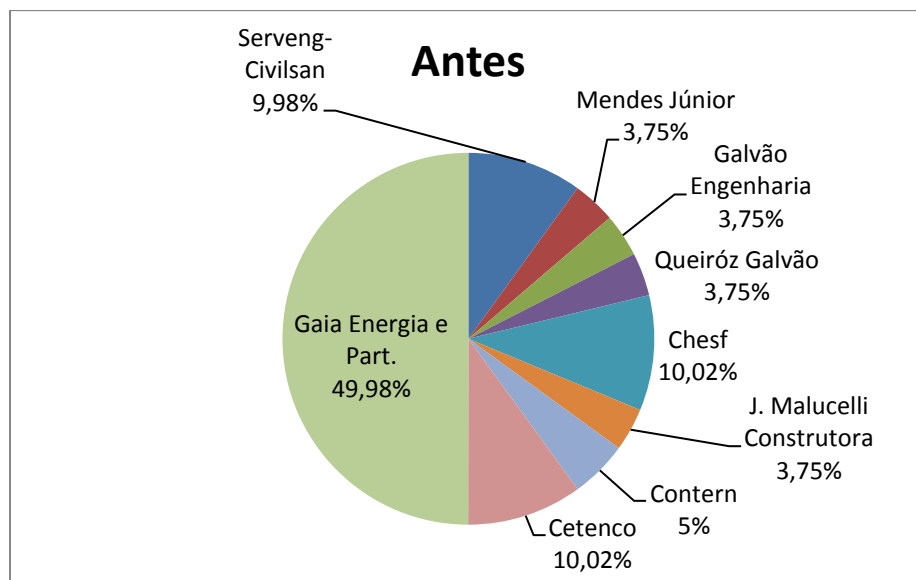


Figura 5: Participação das empresas no Consórcio Norte Energia antes do leilão
Fonte: Elaboração dos autores

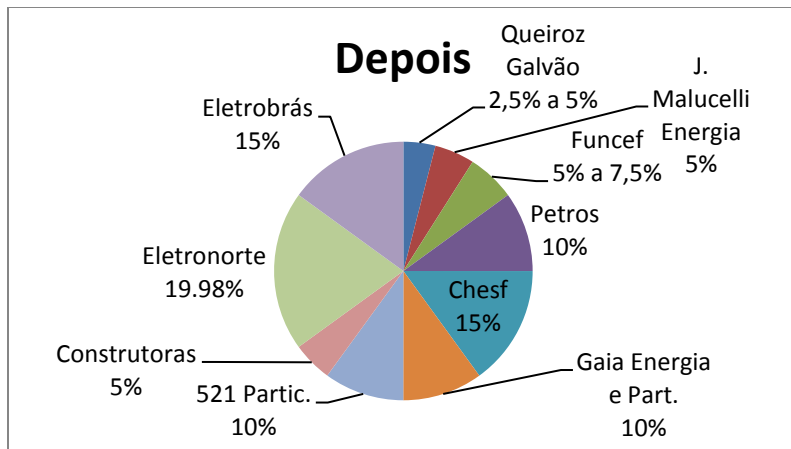


Figura 6: Participação das empresas no Consórcio Norte Energia depois do leilão

Fonte: Elaboração dos autores

A seguir, uma breve descrição das organizações com participação no consórcio Norte Energia, até novembro de 2010: Eletrobrás, Chesf, Eletronorte, Queiroz Galvão, Gaia Energia e Participações e J Malucelli Construtora.

Eletrobrás

A Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A., sociedade de economia mista e de capital aberto, sob controle acionário do Governo Federal brasileiro, atua como uma *holding*, dividida em geração, transmissão e distribuição de energia. Foi criada em 1962 para coordenar todas as empresas do setor elétrico.

A União possui 53,9% das ações ordinárias da companhia e, por isso, tem o controle acionário da empresa. A administração federal é proprietária ainda de 15,5% das ações preferenciais, cuja maioria está em mãos privadas

Chesf

Com a reorganização da Eletrobrás, detentora de 15% da participação, anunciada em 23 de março de 2010, a Chesf, com sua nova marca, Eletrobrás Chesf, fortalece-se e faz parte do conglomerado de empresas do governo com o intuito de expandir os negócios de energia a outras nações.

Com 15% do consórcio, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) é uma sociedade anônima de capital fechado, com atuação na geração e transmissão de energia em alta e extra-alta tensão.

Foi criada durante o Estado Novo, pelo presidente Getulio Vargas, através do Decreto-Lei nº 8.031 de 3 de outubro de 1945, e, na década 60, com a reestruturação do setor elétrico, tornou-se uma subsidiária da Eletrobrás, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Possui como missão produzir, transmitir e comercializar energia elétrica para a Região Nordeste do Brasil e tem contratos de venda de energia em todos os submercados do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Operando dez usinas hidrelétricas e uma usina termelétrica, é considerada a maior geradora de energia elétrica do Brasil, com 10.737.798 kW (dados de 2007). Entre as usinas hidrelétricas, destacam-se a de Jirau (3.450 MW), Sobradinho (1.050 MW), Paulo Afonso (I, II, III e IV, somando 3.979 MW) e Xingó (3.162 MW).

Eletronorte

A empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., criada 1973, conhecida como Eletronorte, opera, entre outras, a Hidrelétrica de Tucuruí.

Em 2006, apresentou grande prejuízo em suas operações e vem perdendo patrimônio líquido constantemente, devido aos enormes gastos com os sistemas isolados (regiões que não estão interligadas por meio de linhas de transmissão ao resto do país).

A Chesf (parte da *holding* Eletrobrás), a Eletrobrás e a Eletronorte detêm maior parte do consórcio, caracterizando o empreendimento como uma obra pública com pequenas fatias de participação do setor privado. Dessa forma, não é relevante o risco do não pagamento pelo consórcio tomador do empréstimo em relação ao caráter das organizações, já que o risco de *default* do governo – o qual busca por uma postura pública transparente e ética – é considerado nulo.

Queiroz Galvão

O Grupo Queiroz Galvão surgiu em 1953 como uma construtora e hoje está presente em diversos segmentos da economia, como perfuração e produção de óleo e gás, cultivo e beneficiamento de alimentos, associação com empresas na concessão de serviços públicos, siderurgia e serviços de engenharia ambiental.

O primeiro desafio da construtora na América Latina foi a barragem de Paso Severino, obra hídrica que abastece a cidade de Montevidéu, no Uruguai. Na Bolívia, a construtora executa o trecho Tarija–Potosí, da Ruta F-1 Panamericana, e o trecho Potosí–Cotagaita, da Ruta F-14, totalizando 440 quilômetros de rodovia em pavimento rígido.

Gaia Energia e Participações

Criada em 2008 pelo Grupo Bertin, concentra atividades de análise, desenvolvimento, produção e comercialização de energia elétrica originária de fontes renováveis.

A Empresa apresenta em seu portfólio mais de 40 projetos entre usinas termelétricas, hidrelétricas, eólicas e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). O plano de investimento da Gaia contempla geração de energia superior a 1.100 MW.

J Malucelli Construtora

O Grupo, fundado em 1966, foi responsável por obras como as PCHs Linha Emilia, Cotiporã e Caçador; as obras rodoviárias como o trecho entre a BR-369 e a BR-376, a Rodovia PR-90, na Rodovia Raposo Tavares (SP-270), o trecho Presidente Prudente- Piquerobi/SP, entre outras; e obras de saneamento básico, como ampliação do sistema de esgoto sanitário de Curitiba e Pinhais, no Paraná, e Campo Grande, em Mato Grosso do Sul.

Seus negócios estão compreendidos em vários segmentos de atuação, como Centro de Serviços Compartilhados (CSC), Infraestrutura, Finanças e Seguros, Previdência, Comércio e Locação, Comunicação, Meio Ambiente, Hotelaria, Futebol e Responsabilidade Social etc.

6.3.2. Capacidade

A capacidade refere-se à competência de gestão empresarial do cliente, considerando-se o tempo de operação da empresa e seu nível de experiência. Nesse sentido, o consórcio, que vai transformar-se em uma Sociedade de Propósito Específico, é composto de empresas tradicionais há tempos no mercado, não representando risco de crédito.

Além disso, a Chesf tem vasta experiência na operação de grandes hidrelétricas e as construtoras envolvidas possuem o *know-how* de instalação de pequenas usinas. Caso haja uma coerente divisão de funções e responsabilidades, a qual ainda não foi definida, o consórcio tenderá a não apresentar graves problemas de gestão, não implicando risco de crédito considerável.

Um fato relevante é a dinâmica do sistema de leilões de energia que incentiva o adiantamento da obra, uma vez que a geração de energia antes do prazo possibilita um período de venda no mercado livre, no qual o preço é mais atrativo que o acordado em leilão. Nesse sentido, a busca por rapidez na execução do projeto possibilita a ocorrência de problemas de gestão.

Esse fator também é muito relevante para o fluxo de caixa do investimento. O adiantamento da obra é prática comum nos empreendimentos hidrelétricos no país, e a venda no mercado livre é dada como certa. No entanto, recentemente o consórcio responsável pela Usina de Jirau não conseguiu comprador no mercado livre pelo preço entre R\$130,00 e R\$136,00 o MWh, o que foi

visto com estranheza pelo mercado. Assim, esta é uma preocupação relevante também para a UHE de Belo Monte.

O principal problema decorrente dessa prática é a aceleração das ações de compensação e mitigação socioambiental estabelecidas, que apresentam dificuldades para atender ao ritmo acelerado. Devido ao prazo menor, muitos planos acabam sendo encurtados ou feitos de maneira incompleta, o que resulta em um maior passivo socioambiental para a região e um risco maior de interrupção das obras, tanto por questões de ordem jurídica, devido ao eventual não cumprimento de aspectos compensatórios e mitigatórios, quanto pela possível mobilização da sociedade civil.

6.3.3. Capital

O aspecto capital busca verificar se o tomador de crédito tem condições financeiras de saldar o empréstimo no prazo previamente estipulado, analisando a quantidade e a forma de utilização dos recursos. Nesse caso, o grupo optou por não fazer uma modelagem financeira tradicional, por considerar que não tinha acesso à totalidade das informações necessárias para uma projeção consistente e verossímil.

Vale destacar, no entanto, que, quando foi formado o consórcio, algumas construtoras, tais como Camargo Corrêa e Odebrecht, desistiram de concorrer ao leilão licitatório. Um dos motivadores hipotéticos para essas desistências seria o alto custo de implantação para manter a venda de energia ao preço de R\$ 77,98, isto é, as empresas julgariam ser economicamente inviável a construção da usina.

Um primeiro fator capaz de ter influência no prazo do pagamento do empréstimo é a não ocorrência do fluxo hídrico para geração da energia durante certas épocas do ano. A capacidade instalada de energia em Belo Monte é de 11.233 MW, enquanto a geração média é de 4500 MW. Segundo estudos da Agência Nacional de Águas (ANA), só é possível atingir um fluxo hídrico para esta geração de energia em época de cheias. Como o financiamento é viabilizado pela geração de receitas futuras (*Project Finance*), caso a projeção dos estudos da ANA tornem-se realidade, tais receitas podem ser inviabilizadas em razão insuficiência de fluxo hídrico.

Sabe-se que muitos são os estudos já feitos em relação à viabilidade econômica do empreendimento, porém, em alguns casos, as conclusões são divergentes e confidenciais. Ainda, a vazão ecológica especificada no EIA/ Rima, em conformidade com as questões socioambientais, entra em conflito com a viabilidade do negócio. O empreendedor, nesse caso, arcaria com o ônus de multas e até mesmo as obras poderiam ser paradas por questões judiciais e manifestações.

Outro fator de alto impacto no prazo de pagamento do financiamento são os custos decorrentes da construção dos canais de derivação. Por falta de estudos geológicos profundos publicados,

não se sabe exatamente qual é o material a ser retirado nas escavações da região e a dificuldade correspondente a tais operações.

No entanto, esse fator não é determinante para a concessão do crédito, uma vez que existe uma provisão de custos destinada a tais variabilidades.

6.3.4. Colaterais

Os colaterais envolvem uma análise acerca das garantias que o tomador do empréstimo é capaz de oferecer, a fim de minimizar os riscos de operação da concessão.

Devido ao fato de o financiamento ocorrer pelo modelo de *Project Finance*, não se utilizam os ativos da empresa e, sim, a potencialidade de geração de energia futura do próprio empreendimento. Assim, a garantia é a própria viabilidade financeira do projeto, analisada nos pontos anteriores.

Ainda com relação às garantias, vale lembrar o papel positivo representado pela estatização da obra. Majoritariamente financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – segundo informações contidas no *site* do banco, a obra pode ter 85% dos itens financiáveis pelo BNDES, desde que estes 85% correspondam a menos de 80% do investimento total. É preciso observar ainda que o banco de fomento não é signatário dos Princípios do Equador.

Além do envolvimento do governo no financiamento, é relevante notar sua influência no processo como um todo. O leilão realizado no dia 20 de abril foi vencido pelo consórcio Norte Energia, liderado pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), subsidiária da Eletrobrás. O presidente do consórcio é o Sr. José Aílton Lima, diretor da Chesf. Outros nomes relevantes são Valter Cardeal, diretor da Eletrobrás, e Adhemar Palocci, diretor da Eletronorte e irmão do ex-ministro Antonio Palocci.

Empresas privadas que integravam o consórcio na época do leilão, tais como Queiroz Galvão, JMalucelli, Serveng, Contern, Galvão Engenharia e Mendes Júnior, tinham acordos preestabelecidos com fornecedores quando fizeram sua oferta. Porém, ao ganhar a concessão da obra, foram obrigadas a reavaliar tais acordos, uma vez que a Eletrobrás solicitou a participação neste processo.

6.3.5. Condições

Diz respeito às externalidades do empreendimento que podem afetar o desempenho financeiro do fluxo de caixa, como a demanda por energia no futuro.

Nesse ponto, é positiva a previsão do aumento da demanda energética e a garantia de utilização de 80% da energia futura gerada. O país vive condições particulares: aponta-se que o PIB crescerá em média 6% a partir de 2010, o que ativaria a demanda por energia elétrica, aumentando-a em média 5,2% ao ano. Assim, a demanda brasileira projetada entre 2010 e 2018 é de aproximadamente 681,7 mil (GWh). Porém, é importante salientar que as tecnologias energéticas estão evoluindo rapidamente e as empresas já começam a buscar outras soluções, como energia eólica e biomassa, o que também aumenta a oferta de energia, acompanhando a demanda.

No entanto, é bastante delicada a questão da mobilização social contra a construção de Belo Monte, liderada pelos índios da etnia Kayapó, residentes na região do empreendimento. A UHE de Belo Monte não está diretamente em terras desta etnia, e, sim, de outras, como os Arara da Volta Grande. No entanto, outras hidrelétricas estão previstas para o Rio Xingu, o que motiva os Kayapó a se posicionar contra a construção da UHE de Belo Monte, na esperança de impedir a construção das outras usinas. Esta é uma tribo historicamente considerada belicosa e, também de acordo com as inúmeras legislações de proteção aos direitos indígenas, existe o risco de paralisação da obra, postergando-se a geração de energia e, conseqüentemente, de receitas, podendo prejudicar o cumprimento das obrigações referentes ao pagamento do empréstimo.

Conclusão do Pilar de Crédito

De uma forma geral, levam-se em conta os três principais riscos levantados pela análise dos 5 Cs, os quais podem impactar tanto no caso do não cumprimento das obrigações quanto no do pagamento do crédito: o referente à capacidade de gestão interna no empreendimento, incluindo a necessidade da venda de energia no mercado livre que pode não ocorrer (capacidade), o da construção do canal (capital) e o da questão da mobilização indígena (condição). Entretanto, após a análise já exposta, esses riscos não foram considerados suficientes para inviabilizar a operação de concessão do crédito.

6.4. Pilar reputacional

O pilar reputacional contempla o risco mais significativo para os bancos que financiarem a obra, pois caso os impactos negativos decorrentes do empreendimento se concretizem, a imagem e a credibilidade das instituições financeiras envolvidas podem ser prejudicadas.

Compreende-se que a questão social é o principal problema gerado pela chegada do empreendimento e sua implantação. A partir da licença de instalação até o período de operação da usina, ocorre um fluxo migratório atípico para a região, com aumento significativo da população. Conforme foi possível observar na experiência de campo no entorno da UHE de Jirau, em Rondônia, a obra atrai uma gama de atores interessados em obter ganhos econômicos

em decorrência das oportunidades criadas pela chegada da construção. Em sua maioria, são homens de diversas regiões do país que migram para a região em busca de emprego na obra; e com eles chegam também outros interessados em comercializar produtos e oferecer serviços aos novos habitantes. Chama atenção o aumento da prostituição e da violência no território que sofre os impactos desse tipo de empreendimento.

Nesse sentido, para garantir que em operações de crédito a grandes empreendimentos questões como as sociais sejam respeitadas e seus impactos minimizados – além de outras como as ambientais e éticas –, em 2003 foram lançadas, por um grupo de dez dos maiores bancos no financiamento internacional de projetos, as regras dos Princípios do Equador.

Os Princípios do Equador preveem uma gestão responsável das organizações signatárias, e assim o setor financeiro passou a ter papel crucial na responsabilidade ética, ambiental e social naquelas atividades que financia. Nesse cenário, os bancos tornaram-se alvo de constante vigilância por parte das organizações da sociedade civil, como, por exemplo, o BankTrack e a Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, que exigem uma avaliação mais criteriosa dessas instituições na decisão de concessão de crédito.

Nesse contexto insere-se o risco reputacional dos bancos, o ativo mais importante a ser preservado, segundo o *The Economist Intelligence Unit*, estudo de 2005 publicado pela revista *The Economist* sobre risco reputacional. Já para o *Forum on Reputational Risk Management in Banking*, o risco reputacional no setor financeiro é definido como:

O risco de receitas, atual ou futuro, decorrente da percepção desfavorável em relação ao banco, por parte dos stakeholders, ou seja, clientes, contrapartes de comércio, empregados, fornecedores, entidades reguladoras ou órgãos governamentais e investidores.

Um caso emblemático de risco reputacional foi a campanha já mencionada do Rainforest Action Network, ONG sediada em San Francisco, nos EUA, que no começo dos anos 2000 organizou diversos protestos contra os investimentos do Citigroup em projetos que eram considerados prejudiciais às florestas tropicais. Esse incidente contribuiu para a criação dos Princípios do Equador, em 2003, um compromisso voluntário dos bancos em seguir os 8 Padrões de Desempenho socioambientais elaborados pelo IFC para financiamentos acima de US\$ 10 milhões.

A fim de analisar os riscos referentes à reputação dos bancos, o grupo comparou as características do empreendimento com os tais Padrões de Desempenho. Depois, foi feita a análise de imagem do empreendimento no âmbito da sociedade civil brasileira e, por fim, do contexto internacional.

Princípios do Equador e Belo Monte

Apesar de “abranger” todos os Padrões de Desempenho, a UHE de Belo Monte apresenta maiores desafios para cumprir especificamente quatro deles, analisados a seguir.

Padrão de Desempenho 4: Segurança e Saúde da Comunidade

Nesse item, entre os objetivos mais importantes está evitar ou minimizar os riscos e os impactos à saúde e à segurança da comunidade local durante o ciclo de vida do projeto – e alguns desses aspectos podem não ser atendidos satisfatoriamente diante da magnitude do projeto da UHE de Belo Monte.

Um dos principais pontos destacados é o intenso fluxo migratório para a região da instalação da obra. Esse fluxo, denominado “fauna acompanhante⁵”, causa impactos diversos, principalmente devido à ausência de infraestrutura local para receber os trabalhadores. Para mitigar esse impacto, seria necessário planejar previamente melhorias na infraestrutura da região, como hospitais, escolas, policiamento, rede de saneamento etc. Vale considerar que a realidade da Região Norte, onde se localiza Altamira e os municípios vizinhos que serão impactados, ainda é muito precária e não atende sequer às necessidades básicas da população que vive na região, como apresentado anteriormente.

Em Jirau, onde está sendo construído o Complexo do Madeira, em Rondônia, houve aumento significativo dos índices e relatos de violência decorrentes principalmente da migração de trabalhadores para a região e da falta de planejamento do município para lidar com a nova configuração concomitantemente à chegada do empreendimento.

O depoimento de moradores dos distritos de Jaci-Paraná e Mutum-Paraná, no município de Porto Velho, ressalta que a usina trouxe investimentos e melhorias na infraestrutura, mas estes estão longe de suprir as necessidades criadas pelo fluxo de pessoas que se instalaram na cidade. Estima-se que na região impactada diretamente por Jirau vivam 4 mil pessoas, ao passo que para a construção do empreendimento serão necessários em média 10 mil homens, chegando a 20 mil em alguns momentos da obra. É importante salientar que Jirau terá potência instalada de 3.300 MW, enquanto a previsão para Belo Monte é de 11.300 MW, logo, serão necessários muito mais homens.

Padrão de Desempenho 5: Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário

O objetivo deste Padrão de Desempenho é observar a questão fundiária ligada à realocação dos moradores em razão do empreendimento. O reassentamento é considerado involuntário nos casos em que as comunidades afetadas não têm o direito de recusar o deslocamento.

⁵ A expressão “Fauna Acompanhante” refere-se às pessoas que migram para a região em que são instalados grandes empreendimentos, com o objetivo de desenvolver atividades econômicas, seja trabalhando diretamente no empreendimento, seja fornecendo serviços e produtos para os novos habitantes.

O padrão discorre sobre a garantia de que o reassentamento seja implementado com a divulgação apropriada, consultas e participação da população afetada. Observou-se em campo que isso vem ocorrendo de forma limitada em Altamira. Uma empresa foi contratada para realizar a comunicação com os moradores que serão reassentados, mas ainda há, para muitos deles, questões nebulosas sobre o processo, e ainda alegam que, na prática, tanto as consultas quanto a abertura para participação da população afetada não foram efetivas.

Outra questão levantada é a intenção de melhorar ou, pelo menos, restaurar os meios de sobrevivência e os padrões de vida das pessoas reassentadas. Nesse ponto vale a pena questionar o que se compreende por "padrão de vida". Caso se entenda o restabelecimento do padrão de vida exclusivamente como a reposição em valor das moradias, então pode-se dizer que o objetivo não terá grandes empecilhos para ser atingido. Porém, os aspectos culturais daquelas pessoas e o sentimento de vínculo com o local onde nasceram, e muitas vezes passaram toda a sua vida, jamais poderão ser restabelecidos em outro local.

Do ponto de vista econômico, os ribeirinhos da Volta Grande perdem o acesso ao peixe, fonte de sustento e comercialização, assim como os moradores das palafitas em relação à argila, igualmente fonte de renda há muitas gerações. Apesar de a nova moradia parecer atrativa, é preocupante como será feita essa transição para uma cultura da formalidade, isto é, honrar o pagamento de serviços públicos de infraestrutura, como saneamento básico, energia e impostos em geral.

Padrão de Desempenho 6: Preservação da Biodiversidade e Gerenciamento Sustentável dos Recursos Naturais

Existem dois grandes grupos de *habitats* naturais categorizados nos Princípios do Equador: modificado e natural. Depois, há a segmentação em áreas de proteção e *habitats* críticos. As ações mitigatórias ou restrições previstas no princípio dependerão da classificação do local afetado.

Conforme entrevistas com especialistas, a área da Volta Grande do Xingu deveria ser classificada como crítica, do ponto de vista ambiental, devido ao valor da biodiversidade do lugar. Segundo afirmou a ictióloga Janice Cunha, a diversidade de peixes da região é maior que a encontrada em toda a Europa. Além disso, a região possui espécies endêmicas e é ainda um corredor ecológico entre o Cerrado e a Amazônia, possibilitando a migração de espécies.

De acordo com essa classificação, o questionamento levantado é se as espécies endêmicas serão extintas ou prejudicadas. Segundo declara em entrevista a Eletronorte, o acari-zebra (*Hypancistrus zebra*), espécie endêmica da região, corre o risco de ser extinto, o que seria suficiente para contradizer o Padrão de Desempenho 6. Reforça tal contradição a afirmação do relatório do Painel de Especialistas, de que mais de uma espécie será afetada e há ainda impactos

não levantados no EIA/RIMA, o que gera dúvidas na mensuração dos impactos e da capacidade do *habitat* em manter a sua biodiversidade, contrariando novamente o Padrão de Desempenho 6.

A questão essencial acerca desse ponto consiste no fato de os estudos feitos sobre a biodiversidade da região ainda serem incompletos e de o risco em questão ser incerto. Todavia, os estudos já feitos mostram grande risco de perda de biodiversidade e esta questão não tem recebido a devida atenção por parte dos responsáveis.

Padrão de Desempenho 7: Povos Indígenas

Segundo os Princípios do Equador, os povos indígenas são reconhecidos como grupos sociais distintos da maioria da sociedade nacional. Devido à ligação da sobrevivência indígena com a terra e os recursos dela extraídos, tornam-se mais vulneráveis às invasões ou degradações dos seus territórios. Por isso, os projetos financiados pelos bancos devem respeitar a dignidade humana e cultural desses povos e evitar ou compensar impactos negativos de uma maneira culturalmente adequada.

No caso de Belo Monte, as tribos indígenas localizadas a jusante da barragem terão sua subsistência impactada pela diminuição da vazão do rio, uma vez que, com o menor nível das águas, o transporte fluvial usado também para o comércio de produtos indígenas será prejudicado. Embora seja mencionada a construção de eclusas, estas não estão previstas na construção da UHE de Belo Monte, visto que se trata de responsabilidade do Ministério dos Transportes.

Já na atividade pesqueira, existem conflitos de informação. As lideranças indígenas consultadas, bem como os especialistas, afirmam que as espécies de peixe sofrerão com a menor vazão, podendo ter dificuldades de procriação, o que prejudicará sua disponibilidade para a pesca. Em contraposição, segundo informações obtidas em palestra informativa da Eletronorte, a vazão ecológica será suficiente para a manutenção da fauna ictiológica. Na visão do especialista da Eletronorte, os povos indígenas da Volta Grande não sobrevivem da pesca, o que foi negado pelo povo indígena Arara.

Como empreendedor, a Eletronorte supostamente promoveu um processo de diálogo prévio e negociação na ocasião em que foi visualizado o impacto do projeto em Terra Indígena. No entanto, segundo o cacique Josinei, da tribo dos Arara da Volta Grande, a Eletronorte não realizou as oitivas indígenas.

Por fim, segundo os Princípios, caso não seja possível evitar os impactos nas áreas das tribos indígenas, a ação proposta pelo cliente do banco deverá ser desenvolvida com a participação dos próprios povos indígenas. No entanto, a ausência das oitivas traz a preocupação sobre a possibilidade de ocorrer esse diálogo.

Sociedade Civil Brasileira e Belo Monte

O Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte é um projeto em pauta desde os anos 1970 no Brasil, tendo gerado enorme polêmica desde então. Embora o projeto, antes denominado “Kararaô”, tenha sido significativamente modificado, com o objetivo de minimizar o impacto ambiental e social, a pressão de organizações da sociedade civil e suas redes permanece intensa, agregando atores nacionais e internacionais. Em um relatório da ONG International Rivers, de março de 2010, a posição contra Belo Monte é clara:

Qual é o verdadeiro custo da hidrelétrica de Belo Monte? A resposta é que ninguém sabe ainda. O que está claro é que Belo Monte será uma das maiores e mais devastadoras estruturas a serem construídas na Amazônia. E, com suas previsões de custos astronômicos e a extensão dos seus impactos de milhares de quilômetros quadrados no meio da Amazônia, fica claro que o Brasil não precisa de Belo Monte e que o projeto trará destruição, em vez de desenvolvimento, para uma única região (INTERNATIONAL RIVERS, 2010, p. 1, tradução nossa.).

Já a ONG BankTrack, que acompanha as atividades dos investimentos dos bancos no planeta, faz um prognóstico de como entende o contexto futuro dos bancos privados:

O que deve acontecer? Os bancos não devem financiar Belo Monte (...)

O risco financeiro envolvido; a quantidade insuficiente de energia produzida ao longo do ano (apenas 39% da capacidade instalada); e os riscos sociais decorrentes do financiamento de um projeto de notoriedade internacional por seus impactos em comunidades indígenas são razões suficientes para os bancos se absterem do financiamento (BANK TRACK, 2010, tradução nossa).

Em relação à sociedade civil brasileira, o tema tem sido pauta de diversos veículos de comunicação e ganhou relevância na mídia especialmente durante o primeiro semestre de 2010. Não há consenso com relação ao empreendimento devido à diversidade de opiniões.

Formadores de opinião, como jornalistas, professores, empresários, estudantes, têm questionado o assunto de maneira profunda e levantam críticas ao empreendimento e ao processo.

Os movimentos sociais de Altamira e região mantêm uma posição firme de resistência contra Belo Monte. Em notificação extrajudicial ao BNDES, os movimentos receberam o apoio de 47 organizações sociais e ambientais:

As organizações vêm (...) manifestar seu apoio à iniciativa das organizações representativas das populações que serão direta ou indiretamente impactadas

pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte de notificar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – dos inaceitáveis problemas existentes na Licença Prévia 342/2010. Também consideramos ser o banco, e qualquer financiador, corresponsável por todo e qualquer prejuízo socioambiental que vier a ocorrer (MANIFESTAÇÃO DE APOIO ÀS POPULAÇÕES ATINGIDAS POR BELO MONTE, 2010).

A comunidade internacional e Belo Monte

O tema da UHE de Belo Monte tem ganhado repercussão na mídia internacional de diversas maneiras. Desde os anos 1980, sobretudo a partir da articulação do cantor Sting, apoiando a tribo Kayapó contra a UHE no Rio Xingu, o tema é tratado nas mídias internacionais.

Recentemente James Cameron, diretor do filme *Avatar*, prestou assistência às tribos Kayapó, observando que o que acontece no filme é o mesmo que em Belo Monte, trazendo grande influência e visibilidade perante a comunidade internacional.

A partir de entrevistas com *stakeholders*, ficou clara a posição de mobilização nas comunidades indígenas contra Belo Monte, com ameaças até mesmo de confronto direto. Caso ocorram fatalidades ou grande repercussão na mídia internacional em favor dos indígenas, os envolvidos com a obra estão sujeitos a terem sua reputação prejudicada.

Empreendimentos de porte similar à UHE Belo Monte apresentam impactos extremos na Região Norte. E tais impactos podem ganhar repercussão internacional devido à questão indígena, às irregularidades trabalhistas, às questões de direitos humanos e da biodiversidade.

Risco Reputacional como um risco assimilável

Apesar da força crescente das organizações civis e do compromisso com os Princípios do Equador assumido pelos bancos e a quebra deste pelo empreendimento, o investimento tem um **risco assimilável**. Entretanto, ao assumir um compromisso público de sustentabilidade, os bancos passam a dar margem à sociedade civil para munir-se de argumentos de exigência de coerência entre seus compromissos e suas ações.

Ao mesmo tempo que se desenha uma sociedade integrada em redes, que estabelece compromissos éticos, aumenta a probabilidade de a imagem dos bancos ser prejudicada.

Quando se trata de analisar o risco reputacional, o grupo leva em conta que não é suficiente a análise do *statu quo*, mas, sim, uma projeção de comportamento posterior, para compreender como a imagem da organização poderia ser impactada no futuro por ter concedido crédito ao empreendimento. Nesse sentido, o pilar reputacional impulsiona a consideração das tendências de desenvolvimento sustentável como requisito estratégico para a sobrevivência dos negócios e a geração de valor futuro numa Nova Ordem Empresarial.

7. O Parecer

Uma das premissas deste relatório é que uma Nova Ordem Empresarial, em que a sustentabilidade é o principal vetor gerador de valor para o acionista, configura-se como cenário no mundo.

Dessa forma, empresas que queiram liderar o processo de transformação devem evitar práticas que vão contra os princípios da sustentabilidade. Pois isso, progressivamente, será visto como incoerência por consumidores e *stakeholders* e irá, a médio e longo prazo, gerar corrosão de valor para o acionista.

Um número crescente de empresas já percebeu esta Nova Ordem e utiliza a sustentabilidade para aumentar seus lucros. A figura a seguir exemplifica algumas ações empresariais estratégicas com foco sustentável.

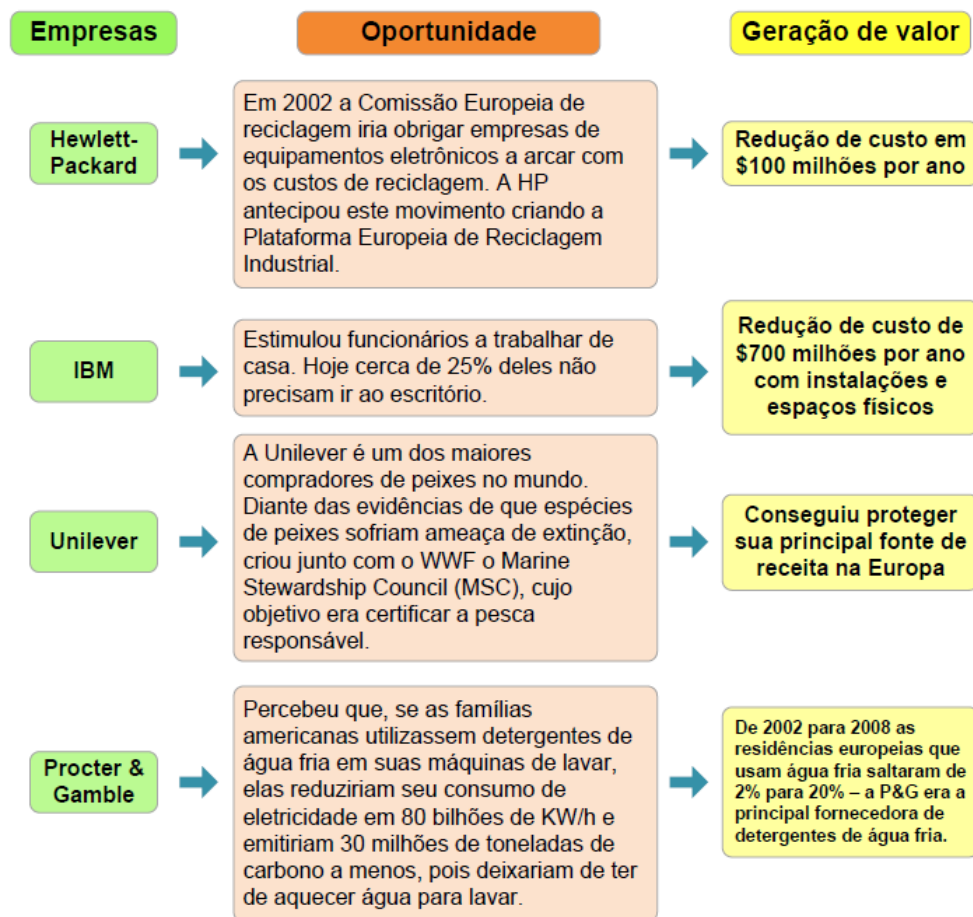


Figura 7: Exemplos de estratégia de sustentabilidade empresarial

Fonte: Elaboração dos autores com base em PRALAHAD (2009).

Somam-se a esse cenário outras duas variáveis fundamentais nessa equação – Mudanças Climáticas e Economia de Baixo Carbono, sendo que dois vetores essenciais movimentam a construção dessa nova economia, a segurança energética e a corrida tecnológica. Nesse sentido, a UHE de Belo Monte não representa esforços de um alinhamento estratégico com esse cenário. Isso implica um alto investimento de baixa qualidade, além da perda de custos de oportunidade em termos de competitividade e atratividade de investimentos no plano internacional.

É relevante citar que, com o agravamento das Mudanças Climáticas, as florestas nativas e a conservação da biodiversidade tornam-se mais valiosas na percepção da sociedade, devido à sua capacidade de resiliência e ao tamanho da biodiversidade. Além disso, é pouco provável que incentivos e políticas adequadas não consigam tornar o uso sustentável da biodiversidade em uma atividade econômica lucrativa, capaz de gerar empregos, tecnologia e soluções inovadoras para os desafios de hoje.

Nesse sentido, o investimento em grandes empreendimentos do capital minero-metalúrgico-energético e do capital do agronegócio convencional transforma-se em ameaças para a floresta e para o florescimento dessa nova economia. Tais empreendimentos movimentam de forma exasperada um número expressivo de pessoas para a região, o que acarreta um aumento de pressão sobre as florestas do entorno da obra, o que por sua vez resulta em exploração inadequada e em consequente perda de biodiversidade.

Outra questão preocupante relacionada às Mudanças Climáticas são os recentes estudos sobre diminuição de chuvas e possível savanização da Região Amazônica, em decorrência da pressão humana sobre as florestas, além dos fenômenos de estiagem nos rios da Amazônia verificados ao longo dos últimos anos. Isso faz com que os rios diminuam seus volumes de água, o que impacta diretamente a produção de energia hidráulica e o potencial de pagamento do investimento.

Indo além, outra variável importante nessa equação que merece ser analisada com muita atenção é o aspecto financeiro do projeto. A atual configuração do consórcio responsável pela UHE de Belo Monte é majoritariamente estatal. O Estado, direta ou indiretamente, deterá mais de três quartos do capital da sociedade que se responsabilizará pela construção e estará incumbida de operar a usina. E, apesar das ótimas condições de oferta de financiamento público, da forte presença das estatais e dos fundos de pensão também estatais, que assumirão a maior parte dos riscos, empresas com notória experiência na construção de grandes hidrelétricas rejeitaram participação como sócios no projeto. Isso tudo nos faz refletir que a capacidade de o projeto ser economicamente viável é extremamente incerta. Principalmente levando-se em consideração a variável Mudanças Climáticas, como levantada previamente, e todos os desafios de engenharia que o desconhecimento de aspectos geológicos representa.

7.1. Do por que bancos signatários dos Princípios do Equador estão inseridos na Nova Ordem Empresarial:

Ao analisar a estratégia e o posicionamento dos bancos signatários dos Princípios do Equador, é possível identificar pontos de convergência quanto à sua visão sobre sustentabilidade, às suas principais iniciativas e políticas, além das formas de governança em sustentabilidade – de acordo com os preceitos da Nova Ordem Empresarial.

Visão de Sustentabilidade

A definição de sustentabilidade para os *Equator Banks*, em geral, implica a noção de manutenção. Manter seus negócios, ou até mesmo a sociedade como um todo, em um patamar socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente próspero a curto, médio e longo prazo.

Conscientes de sua posição como fundamentais agentes de desenvolvimento econômico, estes bancos também consideram como parte do conceito a geração perene de valor e de contribuições para o desenvolvimento da sociedade por meio da prestação de seus serviços.

Respeito ao meio ambiente, transparência, construção coletiva e participação dos públicos envolvidos ou afetados por suas operações – são mais alguns pontos da estratégia em sustentabilidade destes bancos. Estas instituições também consideram primordial a ação consciente das pessoas, investindo na educação dos funcionários para a sustentabilidade.

Para dar conta do processo de internalização da sustentabilidade, um dos passos iniciais é o estabelecimento de uma Política de Sustentabilidade, que estabelece diretrizes de atuação e prevê a inclusão de aspectos socioambientais na gestão da organização, no desenvolvimento de produtos e no relacionamento com clientes e fornecedores. A prestação de contas também ganha importância, o que resulta em consideráveis esforços organizacionais para aderir às diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).

Principais Iniciativas

Entre os produtos e linhas de atuação mais relevantes para a preocupação destes bancos em oferecer possibilidades mais sustentáveis aos seus clientes e parceiros, podem-se apontar iniciativas em:

– Participação em índices como o Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE), criado para se tornar marca de referência para o investimento socialmente responsável e indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro.

- Fundos de investimento diferenciados, cujas carteiras são compostas de papéis de empresas que, além de ótimas perspectivas de retorno financeiro, apresentam boa conduta em relação a questões sociais, ambientais e de governança corporativa.
- Fundos de investimento “verdes”, que interagem com a problemática da preservação ambiental e das mudanças climáticas, como, por exemplo, ao proporcionar apoio a projetos de redução da emissão de gases causadores de efeito estufa.
- Títulos de rendimento que direcionam os recursos captados para linhas de crédito voltadas para entidades que atuam em questões sociais.
- Linhas de crédito para a comercialização de créditos de carbono, ou Reduções Certificadas de Emissão.
- Acesso ao crédito por meio de produtos como o microcrédito, que tem por finalidade a concessão de empréstimos de pequeno porte a microempreendedores de baixa renda.
- Adoção de critérios sociais e ambientais na análise de risco para a concessão de crédito (análise socioambiental).

Instâncias e governança do processo decisório

Em geral, são múltiplas e diversificadas as instâncias em sustentabilidade dos bancos signatários dos *Equator Principles*, que contam com diretorias específicas, comitês, comissões, entre outros.

Seus participantes possuem perfil e cargos variados, desde gerentes e diretores a conselheiros, e têm por atribuição tarefas como, por exemplo: definir estratégias de atuação sustentável e de investimento social; integrar o tema às práticas de negócio e à cultura organizacional; promover a evolução da agenda de sustentabilidade; acompanhar a implantação da Política de Sustentabilidade.

7.2. Do por que Belo Monte não é um empreendimento sustentável:

Ao longo deste parecer, surgem diversos indícios de que Belo Monte não possui características que o classifiquem como um empreendimento sustentável, da forma como convencionada neste relatório. E entre estas temos:

- a não realização de oitivas indígenas;
- as falhas e os atropelos ocorridos no processo de licenciamento;
- a falta de consideração às observações feitas pela população e especialistas em audiências públicas;

- o desrespeito à Constituição Federal e a legislações internacionais;
- o grande impacto ambiental e suas consequências para a fauna e a flora locais;
- as incertezas em relação á vazão mínima da Volta Grande do Xingu necessária á manutenção da vida local;
- o desmatamento necessário e as alterações no curso do rio que contribuem para as Mudanças Climáticas.

A situação social observada de carência econômica em regiões amazônicas que são receptoras de grandes empreendimentos é um pouco relevante nesta análise. É evidente nesses locais a ausência de planejamento adequado anterior ao início das obras de instalação – o que revela a péssima infraestrutura instalada de saneamento, educação, saúde e segurança.

Conforme pôde ser observado na experiência de campo durante a visita às obras da Hidrelétrica de Jirau, mesmo durante a construção dos empreendimentos há grandes impactos na região, ocasionando aumento da violência e piora significativa da qualidade de vida dos moradores.

Para prevenir e mitigar de forma suficiente tais impactos em Belo Monte, seria necessário realizar estudos mais completos sobre a região e iniciar uma série de planos de prevenção anteriores ao início das obras. Tal preparo tem duração prevista de cerca de 2 anos e inclui análises e planos voltados para:

- preparo técnico da administração pública local;
- construção de infraestrutura física de apoio para políticas de educação e saúde;
- instalação de estrutura de saneamento;
- apoio técnico a empresários e produtores locais para potencializar sua participação no empreendimento;
- conciliação de interesses e fornecimento de informação a populações a serem reassentadas; entre outros.

Já as questões ambientais são mais complexas. Alguns impactos, assim como os impactos sociais, poderiam ser prevenidos com:

- um estudo minucioso da região;
- a garantia de contínua manutenção do nível de água adequado para a Volta Grande do Xingu, independentemente do nível de água observado. Mesmo que isso implique uma quantidade significativamente menor de energia gerada;
- realização efetiva dos planos de prevenção e mitigação já propostos no EIA/Rima.

Sendo assim, observamos que tanto da ótica social como da ambiental o empreendimento não atende aos requisitos básicos da sustentabilidade. E isso se soma ainda com as incertezas econômicas e o choque cultural que acompanha o empreendimento.

7.3. Parecer Final

Nos pilares acima descritos, pode-se notar que prevalece uma argumentação a favor de investir no projeto de Belo Monte. Na medida em que a análise de crédito demonstra uma clara oportunidade de negócio e os pilares jurídico e político apresentam baixa probabilidade de impacto significativo para os financiadores da obra, investir em Belo Monte é uma boa opção.

É no pilar reputacional que surge um conflito entre a análise feita nos outros pilares e os valores e iniciativas que constituem as estratégias de sustentabilidade empresarial dos bancos, como o compromisso perante os Princípios do Equador. Isso porque as percepções desse pilar trazem evidências de que os financiamentos realizados por instituições financeiras signatárias dos Princípios do Equador devem ser coerentes com as estratégias de sustentabilidade por eles defendidas. Caso não sejam coerentes, o financiamento de empreendimentos não sustentáveis pode impactar negativamente a marca e a reputação dessas instituições, pois serão mal recebidas por *stakeholders* que valorizam questões de sustentabilidade. Esse impacto negativo pode exacerbar-se com o passar dos anos, à medida que a sociedade começa a valorizar cada vez mais a sustentabilidade no cenário identificado.

Há indícios de que hoje e cada vez mais as empresas que considerarem a sustentabilidade como um de seus principais objetivos conseguirão diferenciar-se da concorrência. Os bancos signatários dos Princípios do Equador devem utilizar a sustentabilidade como veículo de inovação que impulsiona a competitividade empresarial e potencializa seus resultados.

Vale ressaltar que a iniciativa dos Princípios do Equador revela-se insuficiente para tratar a concessão de crédito para empreendimentos de tamanha complexidade como Belo Monte. Assim, sua revisão em busca de diretrizes mais coerentes com a realidade local e que possam ir além das práticas previstas torna-se necessária, no sentido de alinhamento e estímulo à economia de baixo carbono. Soma-se a isso a incapacidade de *enforcement* do Estado brasileiro de impor-se e de garantir o respeito ao marco legal, especialmente na Região Norte, fazendo com que nossas leis, consideradas avançadas e exigentes em preservação, sejam transformadas em realidades e comportamentos.

Financiar a UHE de Belo Monte, considerada neste relatório como um empreendimento não sustentável, contradiz a estratégia de longo prazo dessas instituições financeiras e o cenário da sustentabilidade. O que pode gerar corrosão de valor para os acionistas a longo prazo, atacando sua reputação e marca.

Desse modo, nosso parecer final nos leva a desaconselhar a concessão de crédito para o aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte.

8. Referências

AGENCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Sistema de Informações Hidrológicas**. Disponível em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/informacoeshidrológicas/redehidro.aspx>. Acesso em 15/jun/2010.

ANEEL. **Atlas de Energia Elétrica**, 3ª edição. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/visualizar_texto.cfm?idtxt=1689. Acesso em: 07 jun. 2010.

AMAZONIA.ORG. **Manifestações de Apoio às Populações Atingidas por Belo Monte**. Disponível em: http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=349300&tipo=6&cat_id=44&subcat_id=415. Acesso em: 05 jun. 2010.

AMIGOS DA TERRA – AMAZÔNIA BRASILEIRA. **Morador de Altamira vai protestar hoje contra a operação "Arco de Fogo"**. Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=273678>. Acesso em: 11 jun. 2010.

BANKTRACK. **Belo Monte**. Disponível em: http://www.banktrack.org/show/dodgydeals/belo_monte_dam_project. Acesso em: 02 jun. 2010.

BERNS *et al.* (2009) “**Sustainability and competitive advantage**”. *MIT Sloan Management Review*.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Complexo Hidrelétrico de Belo Monte**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Navegacao_Suplementar/Destaques/belo_monte.html. Acesso em: 20 jun. 2010.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. **Matriz energética brasileira: uma prospectiva**. *Published in serial: Novos Estudos*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-33002007000300003&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 07 jun. 2010.

DESMATAMENTO NO BRASIL. Disponível em: www.senado.gov.br/web/comissoes/.../AP20081008_Desmatamento_DPF.pdf. Acesso em: 10 jun. 2010.

GOVERNO E BELO MONTE. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+energia,governo-da-as-cartas-em-belo-monte,23199,0.htm>. Acesso em: 20 jun. 2010.

GOY, L. **Capitalização da Eletrobrás deve sair até setembro**. *O Estado de S. Paulo*, Brasília, 12 jun. 2010. Disponível em:

http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100612/not_imp565468,0.php. Acesso em: 20 jun. 2010.

HART, Stuart L. & MILSTEIN, Mark B. (2003) “**Creating sustainable value**”. *Academy of Management Executive*, 2003, v. 17, n° 2.

HIDRELÉTRICAS BRASILEIRAS. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-agua/hidreletricas-brasileiras.php>. Acesso em: 06 jun. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Disponível em: http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/Belo%20Monte/. Acesso em: 23 jun. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 09/jun/2010.

INTERNATIONAL RIVERS. *Belo Monte Massive Dam Project Strikes at the Heart of the Amazon*. Berkeley, março 2010. Disponível em: http://www.internationalrivers.org/files/J4337_IRN_Factsheet_3.pdf. Acesso em 23 jun. 2010.

MANIFESTAÇÃO DE APOIO ÀS POPULAÇÕES ATINGIDAS POR BELO MONTE, 24 de março de 2010. Disponível em: http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=349300&tipo=6&cat_id=44&subcat_id=415. Acesso em: 23 jun. 2010.

Ministério de Minas e Energia (MME). Empresa de Pesquisa Energética (EPE). **Balanco Energético Nacional 2009**: Ano base 2008 – resultados preliminares. Rio de Janeiro: EPE, 2009e.

Ministério de Minas e Energia (MME). Empresa de Pesquisa Energética (EPE). **Investimentos em energia atingirão R\$ 767 bilhões nos próximos 10 anos**. Brasília: EPE, Informe à Imprensa, 6 fev. 2009d. Disponível em: www.epe.gov.br. Acesso em: 20 mai. 2010.

Ministério de Minas e Energia (MME). Empresa de Pesquisa Energética (EPE). **Plano Decenal de Energia 2008-2017**. Brasília: MME/EPE, 2009b. v. 1 e 2. Disponível em: www.epe.gov.br. Acesso em: 12 mai. 2010.

PAC. **Descrição do Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/investimentos/>. Acesso em: 12 abr. 2011.

PEREIRA, Renée; FRIEDLANDER, David. **Governo dá as cartas em Belo Monte**. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 jun. 2010.

PIRES, Adriano; HOLT, Abel. **Tributação x benesses no setor elétrico**. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 jun. 2010. Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100616/not_imp567198,0.php. Acesso em: 20 jun. 2010.

PRAHALAD, C. K.; NIDUMOLU, R. & RANGASWAMI, M. R. “**Why Sustainability is now the Key Driver of Innovation**”. *Harvard Business Review* September 2009.

PORTER, Michael & VAN DER LINDE, Claas (1995) “**Green and Competitive: Ending the Stalemate**”. *Harvard Business Review*, 1995.

REPUTATION: **Risk of risks**. *Economist Intelligence Unit's Global Risk Briefing*, 2005.

REPUTATIONAL RISK. **Best Practice Element in Reputational Risk Management in Banking Findings of the First Forum on Reputational Risk Management in Banking**. Berlin, February 29, 2008.

SANTOS, S.; HERNANDEZ, F. (orgs.) **Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Disponível em: http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20%283%29.pdf. Acesso em: 23 jun. 2010.

SCHARMER, Otto. **Theory U: Leading from the Future as It Emerges**. San Francisco: Berret-Koehler, 2007.

WESTON, J.; BRIGHAM, E. **Managerial finance**. New York, 1972.

9. Apêndices

9.1. Principais *stakeholders* entrevistados na região

O grupo teve a oportunidade de conversar e interagir com diversos *stakeholders* relacionados à construção da UHE de Belo Monte. Buscou-se ouvir e entrevistar para obter diferentes pontos de vista pertencentes a diversos grupos envolvidos e/ou impactados, para que, assim, fosse possível chegar a uma compreensão mais ampla e profunda do empreendimento. Quando relevante, foram destacadas frases das interlocuções com *stakeholders*.

É importante deixar claro que cada subseção apresenta visão e opiniões de cada *stakeholder*, conforme compreendido pelo grupo de estudantes após tais encontros. Seguindo a fundamentação da Teoria U, na medida do possível o grupo esforçou-se para abster-se de qualquer posicionamento durante esta etapa.

Governo local

O grupo conversou com a prefeita de Altamira, Odileida Sampaio (PSDB), altamirense atualmente exercendo seu segundo mandato.

Durante a entrevista, no que tange ao impacto ambiental, foi enfatizado o estudo de 30 anos sobre o projeto; e que o EIA/Rima já contempla todos os eventuais riscos e custos de mitigação e compensação. Como mecanismo de fortalecimento político, formou-se o Consórcio do Xingu (composto pelos prefeitos dos municípios afetados).

Na opinião da prefeita, a Usina de Belo Monte é importante para o desenvolvimento do município, visto que, após a Operação Arco de Fogo, a taxa de desemprego aumentou consideravelmente. Espera-se também que, com a usina, ocorra o esperado asfaltamento da Transamazônica, propiciando acesso para a região e, conseqüentemente, seu desenvolvimento; além do aumento do investimento em educação e saúde, como prometem os planos de mitigação dos impactos.

Outro ponto destacado mostrou que, sem esses investimentos e o asfaltamento da Transamazônica, dificilmente Altamira terá a oportunidade de se desenvolver, continuando a depender de repasses do governo.

“Nos planos de mitigação existem investimentos em infraestrutura que serão de responsabilidade do empreendedor [...] Também, com a entrada de dinheiro, será possível investir mais na infraestrutura básica e em educação” (Entrevista com Odileida Sampaio).

Movimento Social

Existem diversos grupos sociais na região, que se articularam conjuntamente, criando o movimento Xingu Vivo Para Sempre (XVPS). Compõem esse movimento social diversas lideranças: indígenas, mulheres, jovens, ambientalistas, entre outros.

Na opinião dos representantes do XVPS, o EIA/Rima não apresenta fundamento e sentido, uma vez que os impactos ambientais no Rio Xingu e nas demais áreas dificilmente podem ser mensurados, em razão da complexidade da biodiversidade do local.

O XVPS aponta que, mesmo com as mitigações, os danos causados transformariam de forma drástica e irreversível a biodiversidade da Bacia do Rio Xingu, comprometendo até mesmo a qualidade da água. Além disso, apontam a redução da vazão da Volta Grande do Xingu como crítica para o transporte e a mobilidade, para a manutenção da fauna e da flora local, para as atividades econômicas ligadas ao rio (como a pesca), o lazer dos habitantes de Altamira (cerca de 100 praias naturais ficariam submersas), entre outros impactos.

Além disso, para o XVPS a migração da massa de trabalhadores da obra de Belo Monte acarretará um aumento da violência, prostituição, "favelização", além de drástico crescimento da demanda sobre os sistemas públicos, que já não são suficientes para a população atual.

“Não há garantias de que os empregos gerados pela usina serão destinados aos habitantes de Altamira” / “A inflação que já está acontecendo é outra consequência que tem atrapalhado o estilo de vida dos moradores, os preços dos terrenos têm mudado, pessoas precisam refazer seus planos de vida” / “Já estão chegando pessoas e que a cidade já está ficando mais violenta e está aumentando o problema das drogas” (Entrevista com Movimentos Sociais).

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – Ipam

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) é uma organização ambiental não governamental, fundada em 1995 com a missão de contribuir para um processo de desenvolvimento da Amazônia que atenda às aspirações sociais e econômicas da população.

Na conversa com representante do Ipam, o diálogo foi pautado pela necessidade de criação de um modelo para gerir de forma inovadora e sustentável grandes empreendimentos como Belo Monte.

O instituto também fez críticas pontuais ao EIA/Rima. Foram levantadas questões relacionadas ao aumento abrupto da população com o início das obras, estimado em cerca de 100 mil pessoas. Alguns impactos dessa migração são a expansão da exploração dos recursos naturais da região e o aumento do número de mosquitos vetores de transmissão de doenças como malária, entre outras.

“Grande probabilidade de o número de mosquitos aumentar por quatro anos (entre outros problemas de saúde que não receberão recursos durante esse começo da obra). E, nesse período, o governo ainda não vai ter acesso aos *royalties* para combater a questão” (Entrevista com Ipam).

O Ipam também relatou algumas inconsistências nos dados e estudos apresentados pelo EIA/Rima, no que tange ao remanejamento das famílias que terão suas residências alagadas. O EIA/Rima, por exemplo, considera o tamanho médio dessas famílias como de três pessoas, e no entanto todos os demais estudos sobre população local registram um tamanho médio de cinco pessoas por família.

A ONG aponta como possibilidade de atividade econômica o turismo, o que emerge como oportunidade de desenvolvimento para a região, porém enfatiza que o desinteresse dos empresários locais atrapalha o desenvolvimento dessa atividade econômica.

Ministério Público Federal – MPF

O representante do MPF iniciou a conversa com o grupo contextualizando o processo jurídico que envolve o projeto de Belo Monte. Nesse sentido, mostrou a relevância da questão socioambiental como principal aspecto desrespeitado no processo de licenciamento da obra. E,

portanto, que essa questão é a base para a construção da maioria dos recursos jurídicos encaminhados pelo MPF.

Além de questionar a viabilidade financeira da hidrelétrica, o MPF também aponta a possibilidade de seca na Volta Grande do Xingu e a ameaça de perda da biodiversidade como principais riscos ambientais do projeto. Enfatiza também que a licença de instalação só deveria ser liberada após ser realizada a expansão de serviços públicos, para viabilizar socialmente o aumento populacional que ocorrerá com a obra. Contrariamente ao que está acontecendo, o MPF acredita que é necessário primeiro expandir a infraestrutura do município para, depois, iniciar a obra. Exemplos desses serviços públicos que deveriam ser aprimorados são: sistema de saneamento básico, segurança, expansão da capacidade das escolas, serviços de saúde, entre outros.

Porém, mesmo com a apresentação dos recursos jurídicos contra a continuidade do empreendimento, todos foram vetados, em conformidade com o argumento da Advocacia-Geral da União de que a construção de Belo Monte é de interesse nacional, e por isso se justifica. O MPF também criticou a pressa e o atropelo com que o governo federal vem realizando o processo de licenciamento do projeto.

“Quando houver exploração hidráulica afetando terras indígenas exige lei específica. Entretanto, não existe essa lei e por isso não é possível testar a viabilidade do empreendimento. Pelo princípio da precaução não se pode seguir em frente com o empreendimento nesse estado e é por ele que tentamos cancelar o leilão” / “Algumas empresas/bancos que possivelmente participariam do leilão já foram notificados por possíveis riscos desse empreendimento. O MPF já os notificou sobre os riscos da obra e sua responsabilização“ (Entrevista com MPF).

Especialistas

O grupo teve a oportunidade de dialogar e acompanhar a apresentação de integrantes do Painel de Especialistas, vinculados a Instituições de Ensino e Pesquisa, que analisaram o EIA/Rima de Belo Monte a partir de demandas dos movimentos sociais da região. Esse grupo, denominado neste trabalho como “Especialistas” ou “Painel de Especialistas”, é formado por estudiosos especialistas em diversos assuntos abordados no estudo de impacto ambiental, tais como peixes, biodiversidade, ecologia e florestas.

Por meio de documentos disponíveis na internet, sob o nome: “Resumo Executivo do Painel de Especialistas”, os estudiosos criticam diversos pontos do EIA/Rima de Belo Monte, entre eles:

- Pouco aprofundamento de estudos sobre água e biodiversidade e sua respectiva fauna;

- Erro na identificação e análise das espécies de peixes;
- Erro nas propostas de união de trechos distintos do rio;
- A viabilidade econômica do empreendimento;
- A vazão mínima da Volta Grande ser insuficiente para garantir o fio d'água prometido no EIA;

Os especialistas apontam ainda um grave equívoco na qualidade técnica do EIA/Rima, visto constar que o Museu Paraense Emílio Goeldi e a UFPA contribuíram para sua elaboração. Porém, nenhum dos técnicos e funcionários citados no EIA como membros dessas instituições realmente fazem parte destas organizações.

Assim, para os especialistas, há dúvidas quanto à consistência do EIA/Rima de Belo Monte. Segundo Hermes da Fonseca, um dos especialistas: *“Qualquer pessoa pode mentir nesse processo. É incrível! Desconfiem de tudo que é dito”*.

Eletronorte

No encontro realizado com a Eletronorte, o grupo foi recebido por um representante da empresa, que abordou diversos pontos, tanto técnicos quanto de compensação e mitigação do empreendimento. Durante o encontro o representante enfatizou a importância da obra para o desenvolvimento nacional.

Entre os aspectos técnicos mencionados foram citados: o aumento constante da demanda nacional por energia, que cresce cerca de 6.000 MW por ano (cerca de metade da capacidade da Usina de Itaipu). Segundo informações da Eletronorte, a não construção de Belo Monte acarretará a utilização de termelétricas, que são mais poluentes. Ressaltou-se o uso da tecnologia de fio d'água, uma inovação do setor que reduz o impacto nas áreas alagadas formadas pelas hidrelétricas convencionais.

“Se não fizer BM, tem que fazer termelétrica. A geração garantida pela Eletronorte será de 4.000 MW a 5.000 MW por ano”/ “No que tange a tecnologia, acredito que a técnica de fio d'água, de fato, veio para contribuir com a evolução do setor” (Entrevista com Eletronorte).

Ao longo da apresentação, foram apontados também alguns possíveis impactos negativos do empreendimento e os respectivos planos de mitigação destes impactos. Explicou-se que o estudo prevê uma vazão mínima de 8.000m³/s, para garantir a manutenção da Volta Grande do Xingu. O representante assegurou que essa vazão seria mantida, ainda que fosse necessário comprometer a geração de energia. Vale ressaltar que 8.000m³/s correspondem à vazão média do período de

estiagem, portanto há incerteza de que esse nível de volume de água seja suficiente para manter o trecho.

Quando questionado a respeito do impacto que a obra causará na ictiofauna e, conseqüentemente, na vida dos indígenas, que dependem economicamente desses animais, o representante da Eletronorte afirmou que os índios afetados pela obra não vivem do comércio de peixe, mas, sim, da castanha-do-pará e de outros frutos, e que, portanto, esse impacto seria infundado.

No que diz respeito à violência, a Eletronorte afirma que *“foi previsto, no EIA, aumento do efetivo da polícia, porém, atualmente as coisas estão melhores na cidade: hoje já temos Polícia Federal, o que antes não tinha”*.

Por fim, ao ser questionado sobre a capacidade financeira das famílias que vivem na informalidade, e serão reassentadas, em arcar com os “custos da formalização” – conta de água, de luz –, o representante da Eletronorte afirmou que: *“A população reassentada possui emprego, apesar de morar mal”*.

Estudantes de Altamira

Os estudantes de Altamira do curso à distância em Gestão Ambiental da Universidade Metodista receberam o grupo do FIS para conversar sobre o caso Belo Monte.

Ao longo da conversa, ficou clara a divergência de opiniões acerca da construção de Belo Monte. Exemplos dessas divergências são: a indenização prevista para aqueles que serão reassentados, neste caso, enquanto alguns veem com bons olhos, outros desconfiam da falta de informação; os alunos também mencionaram a falta de resultado das audiências públicas realizadas no município. Entre outras causas, apontaram-se o tumulto criado pelos grupos de oposição a Belo Monte, os quais se mostraram contrários a qualquer diálogo, e a falta de preparo e informação da população para a ocasião.

O grupo de alunos demonstrou preocupação com o aumento dos migrantes, que já estão chegando para trabalhar na obra. Enquanto alguns defendem a ideia de que esse fluxo de pessoas pode aumentar a violência, outros dizem que, devido à Operação Arco de Fogo, a violência na cidade já havia aumentado e que o empreendimento resolverá essa situação, pois expandirá a força policial local.

Por fim, grande parte dos estudantes considera que a construção de Belo Monte viabilizará o asfaltamento da Transamazônica, o que é visto como um vetor crucial para o desenvolvimento da

região, pois se acredita que isso facilitará o acesso à cidade e estimulará atividades produtivas em Altamira.

Os Arara da Volta Grande do Xingu

O grupo teve a oportunidade de conhecer e conversar com representantes da aldeia indígena dos Arara, localizada na Volta Grande do Xingu. A aldeia é uma das comunidades indígenas consideradas afetadas indiretamente pela obra, segundo o EIA/Rima. Durante o encontro, as lideranças indígenas ressaltaram a preocupação com uma variedade de impactos negativos sobre a comunidade.

Os representantes indígenas recordaram-se de alguns fatos que permearam a história do empreendimento, desde a sua paralisação por mais de 20 anos até as reivindicações feitas em 1989 pelos indígenas Kayapó.

Apontam como impactos diretos decorrentes da construção de UHE de Belo Monte:

- Diminuição da biodiversidade dos peixes da região;
- Imprevisibilidade sobre os impactos da vazão reduzida;
- Possibilidade de períodos de extrema seca no rio;
- Fragilidade do comércio pesqueiro da tribo; o que contradiz a afirmação do representante da Eletronorte, uma vez que a pesca faz parte das atividades comerciais da comunidade;
- Falta de transporte que possibilite a educação na aldeia, que possui uma escola que vai somente até a quarta série do Ensino Fundamental;
- Impossibilidade de navegação no rio, devido à redução da vazão na Volta Grande do Xingu e à falta de meios alternativos de transporte que não sejam o rio.

Os pontos acima mencionados representam risco sobre a geração de renda e a mobilidade da tribo, que podem representar o fim da continuidade da aldeia, porque os índios dependem da pesca do peixe e da sua venda para a geração de renda. Para os indígenas, com a redução da vazão do Rio Xingu, esse comércio vai se inviabilizar, pois não poderá mais navegar até Altamira e a ictiofauna será reduzida. Esta dependência do rio é ilustrada na frase:

“o Rio Xingu corre em nossas veias, ele é nosso sangue, nossa essência”
(Entrevista com os Arara da Volta Grande).

Os representantes indígenas também enfatizaram a falta de ética “dos governantes”, que, segundo eles, teriam forjado a realização das oitavas indígenas que são exigidas pela Constituição.

E disseram estar dispostos a tudo pela integridade do rio, e até mesmo iniciar uma guerra que “transformaria as águas do Rio Xingu num rio vermelho de sangue”, caso o governo continue insistindo na “implantação e no atropelo” da UHE de Belo Monte.

Por fim, eles se mostraram bastante informados sobre a questão, citando constantemente dados e demonstrando estar a par das etapas do processo necessário para a construção do empreendimento.

9.2. Documentos

Durante os meses de trabalho foram também consultados diversos documentos de referência. Entre eles destacam-se o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), obrigatórios no processo de licenciamento do empreendimento. Também ofereceu subsídios ao estudo a Análise Crítica do EIA da UHE de Belo Monte, um artigo elaborado por um Painel de Especialistas, vinculados a Instituições de Ensino e Pesquisa a pedido de atores locais de Altamira, e os estudos de hidrografia da Agência Nacional de Águas (ANA).

O grupo procurou também buscar informações sobre os Princípios do Equador e as Políticas de Desempenho de Sustentabilidade Social e Ambiental propostas pela International Finance Corporation (IFC).

Essas referências, assim como as conversas com especialistas ao longo do semestre, serviram como fundamentação técnica para a construção deste parecer.

9.3. Frequent Asked Questions – FAQ

1. Belo Monte é necessária para o desenvolvimento do país?

A energia que será gerada por Belo Monte é, sim, necessária. Segundo o Plano Decenal de Energia para o período 2010-2019, divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estima-se que, para atender à demanda (*crescimento econômico de 5,1% ao ano no período 2010-2019*), a capacidade instalada do sistema de geração de energia elétrica terá de aumentar 3,3 mil megawatts (MW) por ano, o que, em 16 meses, corresponde à capacidade média de Belo

Monte, de 4,4 mil MW. Porém outras formas de obter esta energia podem ser consideradas e desenvolvidas, como investimento em energia solar, eólica e na modernização do sistema de transmissão, o que economizaria uma quantidade significativa de energia elétrica.

2. O custo da energia (R\$ 77,98/MWh) gerada em Belo Monte é baixo?

É baixo se comparado a outros tipos de energia, como as alternativas (*a energia eólica apresenta tarifa média de R\$ 148,00/MWh e os painéis solares em média US\$ 100/MWh*). Quanto a hidrelétricas de construção recente, não há grandes variações, pois Jirau fechou preço em R\$ 71,40, e Santo Antônio, em R\$ 78,90/MWh.

Em caso de análise se o preço de venda é coerente ou não, muitos estudos afirmam que o custo da energia gerada está subavaliado, exigindo uma alta eficiência de gestão do consórcio vencedor do empreendimento. Esse quadro torna questionável a viabilidade econômica do projeto.

Quanto ao preço subavaliado da energia, ele é em grande parte devido aos subsídios implícitos nas condições de financiamento (de 80% da obra) por parte do BNDES. Nesse caso, o consumidor paga nas duas pontas: em sua conta de luz e nos impostos que deixam de ser aplicados em outros empreendimentos.

3. Se não investirmos em Belo Monte, serão construídas mais termelétricas?

É provável. A necessidade de energia para suprir o desenvolvimento econômico futuro é certa. Se Belo Monte não for construída, dificilmente as energias alternativas como eólica e biomassa, já leiloadas pelo governo, conseguirão suprir a demanda futura, haja vista depender de altos investimentos iniciais e *policy papers*. Além disso, não gerariam energia a tempo de suprir a demanda energética do país. Dessa forma, provavelmente seria a energia termelétrica a mais cogitada para substituir Belo Monte a curto prazo.

4. Belo Monte vai provocar o desenvolvimento econômico na região onde vai ser construída (Altamira)?

Sim, possivelmente. Mas não necessariamente a longo prazo. E também não se deve confundir crescimento econômico com o desenvolvimento sustentável (que também considera a sustentabilidade social, ambiental e cultural, além da econômica).

A geração de empregos é certa na região. No entanto, eles serão insuficientes, gerarão ocupações temporárias e boa parte dos cargos será ocupada por migrantes, já que a população local é pouco capacitada.

A Eletrobrás observa no EIA/Rima que 18 mil empregos diretos serão gerados no pico da obra, que, somados aos 23 mil empregos indiretos previstos, seriam 41 mil postos de trabalho. O governo afirma que o deslocamento populacional esperado para a região é de cerca de 100 mil

pessoas. Nas contas do próprio governo, portanto, aproximadamente 60 mil pessoas que migrarão não terão emprego em nenhum momento. Além disso, quando terminada a obra, a usina operará com 700 empregados diretos e 2.700 indiretos.

A indústria local também tenderá a se desenvolver – até mesmo com a criação de mercados –, principalmente devido à migração populacional para a região. Para tanto, porém, percebe-se a necessidade de iniciativas mobilizadoras locais da sociedade civil e do poder público, de forma a capacitar empreendedores e incentivar o desenvolvimento local.

No entanto, o desenvolvimento também depende de recursos financeiros para infraestrutura de apoio em áreas como educação, saneamento, segurança e saúde. Tais iniciativas deverão ser implantadas pelo Plano Básico Ambiental (PBA), ainda a ser apresentado pelo consórcio empreendedor de Belo Monte.

Ver também questões 17 e 18.

5. Belo Monte vai inundar a região?

A construção da hidrelétrica, conforme o primeiro projeto, alagaria 1,2 mil quilômetros quadrados e inundaria a aldeia Paquiçamba. O projeto atual, no entanto, inundará cerca de 500 quilômetros quadrados. As áreas alagadas exigirão a remoção de produtores locais, populações ribeirinhas e pecuaristas.

Mais de 20 etnias indígenas vivem ao longo do Rio Xingu. De acordo com o projeto atual, as aldeias não serão inundadas, mas sofrerão uma redução de água em seu território. No entanto, de acordo com o EIA, os índios não serão removidos nem reassentados, o que faz com que os impactos sejam considerados indiretos, implicando a não necessidade de construção de programas de acompanhamento dessas populações pelos empreendedores.

6. Há riscos de crédito para o banco, caso financie Belo Monte?

Sim. São três os principais riscos de o tomador de crédito não honrar seus compromissos. Primeiro, o referente à capacidade de gestão interna no empreendimento, haja vista a complexidade da obra e a divisão de funções entre participantes do consórcio. Segundo, o da construção do canal, pois não se sabe qual é o material a ser retirado nas escavações da região (rochas) e a dificuldade correspondente – por falta de estudos geológicos completos. Terceiro, a questão da mobilização indígena, o que pode paralisar a obra, atrasando a geração de receitas. Entretanto, após realização da análise já exposta, isoladamente, os riscos não foram considerados suficientes para inviabilizar a operação de concessão do empréstimo.

7. Há riscos reputacionais/de imagem para o banco, caso financie Belo Monte?

Sim. Confira as seções: “Pilar Reputacional” e “O Parecer”.

8. Há riscos jurídicos para o banco, caso financie Belo Monte?

Os riscos jurídicos são considerados contornáveis, uma vez que são insuficientes para inviabilizar a operação de concessão do empréstimo. Como riscos para o banco financiador do projeto podem-se apontar: o pagamento de multas e indenizações, atrasos de processos que levem ao reajuste de prazos, e, no limite, o cancelamento da obra por condenação internacional.

Tais riscos surgem a partir de infrações nas questões ambientais, indígenas e do processo de licenciamento, observadas no âmbito do direito nacional (como a Constituição Federal e normas do processo de licenciamento) e internacional (como a OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas).

9. Há riscos políticos para o banco, caso financie Belo Monte?

O risco político mais provável é o de perda de poder de decisão. Em uma obra em que toda a liderança é estatal e o BNDES pode financiar até 80%, o poder de influência de uma empresa privada fica extremamente restrito diante do governo. Isso já está acontecendo dentro do consórcio Norte Energia, vencedor do leilão, que é liderado pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), subsidiária da Eletrobrás. Apesar de o presidente do consórcio ser o Sr. José Aílton Lima, também diretor da Chesf, os homens no comando da operação são Valter Cardeal, diretor da Eletrobrás, e Adhemar Palocci, diretor da Eletronorte e irmão do ex-ministro Antonio Palocci. As empresas privadas que integram o consórcio possuem um poder de decisão extremamente limitado e são dependentes das decisões da Eletrobrás, que, por sua vez, sempre são dotadas de caráter político.

10. Os bancos devem investir em Belo Monte? Por quê?

Não, pois investir na obra vai contra a estratégia de sustentabilidade empresarial de longo prazo dessas instituições. Isso porque o projeto não possui as características de um empreendimento sustentável, apesar de os riscos jurídicos, políticos e de crédito não inviabilizarem a concessão do crédito. (*ver seção "Parecer Final" do documento*).

11. Será que não investir em Belo Monte não vai trazer uma perda de receita potencial aos bancos?

Sim, a curto prazo os bancos perderiam a receita que adviria caso financiassem a obra. Porém, a longo prazo, a análise realizada neste relatório defende que os bancos perderiam em termos de reputação e de posicionamento estratégico, o que, por conseguinte, gerará perda de valor para seus acionistas.

Isso ocorre devido ao surgimento de uma Nova Ordem Empresarial e de uma sociedade que valoriza cada vez mais a sustentabilidade, conjuntura esta que possibilita ao banco utilizar ações

de sustentabilidade como inovação e estratégia de competitividade empresarial. (ver seção “Premissas” e “Parecer Final” deste documento).

12. O investimento compensa mesmo sabendo que a energia média gerada será inferior à energia instalada?

Sim, de acordo com os estudos do EIA/Rima, sua capacidade instalada será de 11.233 MW, a depender do volume de águas do Rio Xingu (a quantidade de água varia a cada período do ano), mas a usina terá geração média de 4.571 MW.

13. A vazão mínima na Volta Grande do Xingu será suficiente para gerar energia e, ao mesmo tempo, permitir a preservação do rio e de seu ecossistema nesta área?

A questão é polêmica. O EIA/Rima aponta que a vazão será suficiente, enquanto alguns especialistas alegam o contrário. A principal discordância está na existência de um volume de água capaz de conciliar os interesses de geração de energia e a necessidade mínima que garanta que o rio não seque na região da Volta Grande. Como aponta o “Painel de Especialistas”, segundo dados da Agência Nacional de Águas (ANA), no Rio Xingu, em 35 anos de dados, só se alcançaram 22 mil m³/s de volume em 6% dos dias. Considerando-se que são necessários 14 mil m³/s para produzir energia e, pelo menos, 8 mil m³/s para manter a vida nos 100 quilômetros do trecho de vazão reduzida, torna-se duvidoso que a vazão mínima na Volta Grande do Xingu será suficiente para gerar energia e, ao mesmo tempo, permitir a preservação do rio e seu ecossistema nesta área.

14. A construção pode gerar confronto com a população indígena?

Sim. A oposição da população indígena remonta há mais de 35 anos (1975), quando se começava a discutir o potencial hidrelétrico da região.

Desde lá, os povos indígenas e outras lideranças locais reivindicam o fim do projeto de construção, a preservação de suas terras sagradas e o não represamento do Rio Xingu. Os conflitos se acirraram desde 2009, quando da apresentação de um novo Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), elaborado pela Leme Engenharia, vinculada ao grupo GDF Suez. Os protestos se intensificaram ainda mais neste ano, quando ocorreu a liberação da licença ambiental e o leilão para ser definido quem iria construir a usina. (ISA, 2010). Povos indígenas ameaçam inclusive acampar no local da obra e iniciar conflitos armados. A equipe FIS conversou com os povos indígenas da tribo dos Arara da Volta Grande do Xingu e confirmou sua completa oposição à obra.

15. Mas por que os indígenas reclamam se sua área não será alagada?

O problema não é o alagamento e, sim, a seca do rio na Volta Grande do Xingu, que pode prejudicar a pesca e o transporte dos índios até Altamira, onde conseguem serviços de saúde e

comercializam seus peixes. Na cidade também compram mercadorias que eles não conseguem produzir em suas terras.

16. Mas não foi apontado que a Volta Grande do Xingu manterá uma “vazão reduzida” que garantirá a continuidade das atividades dos indígenas?

O tema é controverso, tanto os indígenas quanto o chamado “Painel de Especialistas” não concordam com essa afirmação. (*ver pergunta 13*)

17. O empreendimento trará melhor qualidade de vida aos moradores de Altamira?

A questão é polêmica. Pela experiência observada na instalação de grandes empreendimentos em regiões carentes do país, como, por exemplo, a Hidrelétrica de Balbina, e mais recentemente a Hidrelétrica de Jirau, as consequências sociais são negativas.

O incremento populacional, sem o devido acompanhamento de infraestrutura, aumentará os impactos nos índices sociais da região: crescem os casos de violência, de doenças, de desestruturação familiar e de abandono da região pós-instalação da obra.

De uma forma geral, há mudanças consideráveis no estilo de vida das populações da região, tanto pelo aumento populacional quanto pelo aquecimento da economia com a chegada do empreendimento.

18. Os planos mitigatórios não irão resolver os possíveis problemas sociais que podem acontecer em Altamira?

O grupo FIS visitou o empreendimento de Jirau, e teve oportunidade de conversar com diversos envolvidos nessa obra. Percebe-se que um fator determinante para a eficácia das mitigações, principalmente daquelas de cunho social, é que elas comecem a ser implementadas muito antes do início da obra.

Da forma como o processo de Belo Monte tem sido conduzido, fica claro que os planos de mitigação social não serão realizados com a antecedência necessária, mas somente após o início de sua construção. Neste momento, o fluxo migratório já é intenso, e os impactos sociais já não poderão mais ser evitados, mas apenas amenizados por ações emergenciais e pouco estruturadas. Acredita-se que é inapropriado expandir os serviços públicos de segurança, educação, saneamento, saúde etc. sem o devido planejamento e de forma apressada.

“Cada época não apenas sonha a seguinte.

Ao sonhá-la força-a despertar.”

Walter Benjamin

Alexandre Rolo | Camila Gazineu | Cesar Matsumoto | Cíntia Dall'Agnol | Eitan Blanche | Erina
Yokoyama | Graziela Azevedo | Gustavo Rodrigues | João Sabino | Juliana Perlingiere | Laís
Trajano | Leeward Wang | Lucas Abreu | Marina Helou | Monique Eisenzimmer | Pedro Canelas |
Pedro Resende | Renata Blay